



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOÃO DE LIMA PAIVA

**A GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO MINERÁRIO DE
PARAUPEBAS NO PERÍODO DE 2007 A 2015**

BELÉM / PA
2016

JOÃO DE LIMA PAIVA

**A GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO MINERÁRIO DE
PARAUPEBAS NO PERÍODO DE 2007 A 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva.

BELÉM / PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Paiva, João de Lima, 1964-

A geografia da violência no município minerário de Parauapebas no período de 2007 a 2015 / João de Lima Paiva. - 2016.

Orientador: João Márcio Palheta da Silva;

Coorientador: Christian Da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2016.

1. Violência - Parauapebas (PA). 2. Violência - Parauapebas (PA) - aspectos econômicos. 3. Violência - Parauapebas (PA) - aspectos sociais. 4. Indústria mineral - Parauapebas (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 303.6098115

JOÃO DE LIMA PAIVA

**A GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO MINERÁRIO DE
PARAUPEBAS NO PERÍODO DE 2007 A 2015**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do grau Mestre em Geografia

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais na Amazônia

Data de apresentação: 28/04/2016.

Conceito: aprovado

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva – UFPA/PPGEO
Orientador (Presidente)

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – UFPA/PPGEO
Co-Orientador

Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues - UFPA/PPGEO
Examinador Interno

Prof. Dr. Alisson Gomes Monteiro – FACI
Examinador Externo

À perseverança dos homens

O apoio da Família

À força dos amigos

À fé em Deus.

AGRADECIMENTOS

Parece uma coisa usual, comum, começar ou terminar, determinado trabalho, que você muito desejava, agradecendo a Deus. A mim, esse agradecimento se dá em virtude da forma como ele surgiu, pois parecia que já havia perdido o momento certo de ir buscar um título outrora desejava. Devido o envolvimento em determinados projetos parecia que não havia como alcançar. Mas ele interferiu e quando da conclusão do curso de especialização, alguns dos professores doutores da UFPA me incentivaram a não parar e mostraram que ainda era possível, de tal forma que não me restou qualquer fuga, lá fui eu e hoje estou aqui a agradecer.

Tenho muito a agradecer, desde aqueles que, a partir da notícia de aprovação no mestrado, deram-me força para não desistir. Até os que travaram luta comigo quando quase cambaleei, mas por uma questão de justiça, preciso individualizar os apoios decisivos do amigo Ferreira e da amiga Débora Aquino.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará pela oportunidade ofertada, pois sou consciente do desafio de receber um aluno de outra área um tanto distante, contudo, uma vitória para ambos, com certeza.

Quero também aproveitar para agradecer a todos os professores do Programa de Pós-graduação que contribuíram para o êxito de minha formação, em especial os professores doutores Clay e Christian Nunes, e de forma particular, ao amigo, professor e orientador Dr. João Márcio Palheta da Silva.

A minha família, que em todos os momentos deste curso facilitaram e dificultaram, dando vida ao aprendizado, mas, sem sobra de dúvida agradeço a minha mãe Dona Antonia, que vive no meu coração dia a dia, aos meus queridíssimos filhos, a “bonitona do Morumbi”, Maria Antonia e o “Bu”, meu incansável, João Paulo. E com todos os destaques possíveis, agradeço, de coração, a minha amada esposa Paula Fernanda Viégas Pinheiro que não me permitiu desistir de alcançar este título.

A todos os outros não citados, desculpas, e muito obrigado.

RESUMO

A ideia final deste trabalho é fazer um diagnóstico da criminalidade no município de Parauapebas e dissipar a dúvida se a atividade mineradora interfere na produção da criminalidade no município, e se interfere, interfere diminuindo ratificando ou aprofundando a criminalidade? Sabemos que o município possui uma das maiores reservas de minério do Brasil e do mundo e uma receita das mais elevadas, esse fato vem contribuindo para a redução das práticas criminosas que recaem sobre seus cidadãos. Também, se esta receita estaria sendo distribuída de maneira equânime os bens e serviços dentro do território. Ou se ela sofre dos mesmos percalços vivenciados pelas demais cidades do território paraense. Para tanto, foram feitos levantamentos históricos, de dados econômicos e populacionais, além de pesquisa de campo. No decorrer do estudo veio à tona uma revelação bastante importante e grave, qual seja, a possível redução e esgotamento da reserva por volta de ano de 2035, fato que interfere na captação de receita. Diante disso, o município já começou a trabalhar formas econômicas alternativas a sua população, de maneira que esta não venha a sentir o impacto da queda da receita e por consequência, veja a aprofundar o nível os efeitos da violência, o que hoje é uma realidade bastante grave. Esta abordagem analisa a criminalidade considerando os aspectos quantitativos e qualitativos de dados da pesquisa interpretados a partir do materialismo histórico e dialético e do estruturalismo, que estão conectados à formação da periferia urbana, que se transformam em produtores e produtos da violência. A ideia central a ser esclarecida é se as relações sociais e econômicas em uma cidade como Parauapebas oferece uma realidade melhor que a ofertada em outros municípios ou se em quase nada se diferencia de outras realidades vivenciadas no Estado; a elevada receita municipal não tem contribuído para melhorar a qualidade de vida da população; o índice de violência é bastante elevado isso seria reflexo de uma má distribuição de renda? Com o prognóstico da possível redução ou esgotamentos das reservas minerais o que se pode esperar do quadro criminoso no município.

Palavras chave: Território, Poder, Finança, Crime, Parauapebas.

ABSTRACT

The final point of this assignment is to make a criminal diagnostic on Parauapebas city and erase the doubt of interference in the city's criminal production by the miner activity, and if it does, we need to know how: reducing, justifying or increasing the criminality. We know the city has one of the biggest miner reserves from Brazil and also the world, and a revenue from the greatest ones. This fact helps on decrease criminal activities which falls over its citizens. Also, if that revenue would distribute the capital goods and servicing inside of territory in a equanimity way or if it endures some of the same troubles that has been lived in other Para's cities. Therefore, a historic set up was made of economic and population data beyond countryside research. In the study's progress, rises an important and serious revelation and it is the likely reduction and a probably end to the reserve in mid-2035, fact that can intervene in the revenue's catchment. And considering this, the city is already working in economic and alternative ways for its population. So they shouldn't feel the impact from the revenue's decreasing, as a consequence, could increase the violence levels, which already is a dangerous reality today. This assignment analyse the criminality considering qualitative and measurable aspects from research data explained in historical and rational materialism also construction, which are connected in suburban's formation that turn into violence's producers and products. The central idea to be explained is, if the social and economic relationships in a city like Parauapebas can offer a better reality than ones that are proposed in other cities, or if nothing changes from some realities that has been lived in the country. The high city's revenue couldn't help in making a better life to the population. The violence levels, that's still too high, could be a reflection of a bad money distribution? With this omen of a likely reduction or end to the miner reserve, what can we get from the city's criminal situation?

Key words: Territory, Power , Finance , Offense, Parauapebas.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01–População da Região de Integração de Carajás	42
Gráfico 02 – População das Regiões de Integração do Estado do Pará.....	44
Gráfico 03 – Valor adicionado do PIB do município de Parauapebas no ano de 2010 / milreais	55
Gráfico 04 – Índice dos crimes de furto e roubo/ICno período de 2007 a 2014	62
Gráfico 05 – Indicador dos crimes de lesão corporal culposa na direção de veículo/ICno período de 2007 a 2014.	63
Gráfico 06 – Índice dos crimes de homicídio e homicídio culposo na direção de veículo/ICno período de 2007 a 2014	65
Gráfico 07 – Índice dos crimes de estelionato e de receptação/IC, no período de 2007 a 2014	66
Gráfico 08 – Índice dos crimes contra o meio ambiente e de violência doméstica/ICno período de 2007 a 2014.....	67
Gráfico 09 – Índice dos crimes de latrocínio e tráfico de drogas/IC no período de 2007 a 2014	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – População por Sexo e por Situação do Domicílio – 2010	43
Tabela 02 – População urbana, rural e total do município de Parauapebas	51
Tabela 03 – Número de domicílios particulares permanentes por situação (e percentual) – Parauapebas e Pará (2000 a 2010).....	53
Tabela 04 – <i>Ranking</i> dos 10 maiores PIB’S do Estado do Pará (2010)	54
Tabela 05 – Estatísticas do cadastro central de empresas (2008 – 2013).....	55
Tabela 06 – Estoque de emprego segundo setor de atividade econômica 2000/2005/2010	57
Tabela 07 – Total em reais (R\$) de ICMS, CFEM, IPI E FPM do município de Parauapebas, no período de 2008 a 2014	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de Localização do município de Parauapebas na Região de Integração de Carajás	41
Figura 02 – Mapa de Localização do município de Parauapebas – Pará	46
Figura 03 –Mapa dos Direitos minerários de Parauapebas no ano de 2012.....	50
Figura 04- Pirâmide etária de Parauapebas/Pará – Distribuição daPopulação por Sexo, 201053	

LISTA DE SIGLAS

AISP	– Área Integrada de Segurança Pública
CFEM	– Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CVRD	– Companhia Vale do Rio Doce
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	– Índice de Criminalidade
ICMS	– Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços
IPI	– Imposto sobre Produtos Industrializados
PGC	– Projeto Grande Carajás
PIB	– Produto Interno Bruto
RI	– Região de Integração
RISP	– Região Integrada de Segurança Pública
SEGUP	– Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social
SIURB	– Secretaria de Infraestrutura Urbana
SISP	– Sistema Integrado de Segurança Pública
SUDAM	– Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
VA	– Valor Adicionado

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	GEOGRAFIA DO CRIME: ANÁLISES SOBRE A VIOLÊNCIA E O TERRITÓRIO	21
2.1	CONCEBENDO A RELAÇÃO ENTRE TERRITÓRIO E PODER: ANÁLISES GEOGRÁFICAS CLÁSSICAS.....	21
2.2	ENTRE PODER, VIOLÊNCIA E TERRITÓRIO: ANÁLISES CONTEMPORÂNEAS 27	
2.3	A GEOGRAFIA DO CRIME.....	33
2.4	GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA E DO CRIME: ATORES EM CONFLITOS PELO USO DO TERRITÓRIO.....	36
2.5	VIOLÊNCIA E MODALIDADE DE CRIMES NO CONTEXTO SOCIAL.....	39
3	A GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS	41
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO MEIO SOCIOECONÔMICO: A REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DE CARAJÁS	42
3.2	O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS	46
3.3	A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO MINERADOR DE PARAUAPEBAS	52
3.4	ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO CRIME EM PARAUAPEBAS	60
3.4.1	Furto E Roubo	62
3.4.2	Lesão Corporal	64
3.4.3	Homicídio e Homicídio Culposo	65
3.4.4	Estelionato e Receptação	66
3.4.5	Meio Ambiente e Violência Doméstica	67
3.4.6	Latrocínio e Tráfico de drogas	68
3.5	PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA EM PARAUAPEBAS...	71
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
	REFERÊNCIAS	82
	APÊNDICE	86

1 INTRODUÇÃO

Após um longo hiato institucional provocado pelos golpes militares no Brasil, a produção da nova Constituição Federal de 1988 trouxe à tona uma remodelação nas relações envolvendo o Estado e os cidadãos. Tal constituição abrange também a prestação dos serviços públicos direcionados à sociedade. Esse novo contexto, segundo Haddad (1978), contribuiu para reconfigurar e para reformular a participação social dos mais diversos setores da sociedade no processo de formulação e implementação de políticas públicas. Até então, elas assumiam um caráter vertical. Doravante passou a buscar um modelo mais participativo e fiscalizatório por parte da sociedade em geral. Esse esforço resultou nas décadas de 1990 e 2000, nas primeiras formulações de orçamentos participativos, planejamentos participativos, na obrigatoriedade de formulação de planos diretores com a participação obrigatória da sociedade e na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada “estatuto da cidade”, que regulamenta o capítulo “Política Urbana”.

No âmbito da segurança pública, percebeu-se uma mudança lenta, porém necessária, no que concerne às formulações de políticas para este setor, por intermédio da participação popular. Uma das prováveis causas, segundo Soares (2003), consiste no enrijecimento das instituições da área de segurança pública, principalmente a polícia, que mantiveram em suas estruturas pesadas heranças do antigo regime militar.

Contudo, a participação social se configurou como uma inexorável necessidade para a reformulação do Estado e de sua força de coerção, levando à arena decisória novos agentes políticos que contribuiriam para tal processo. Neste sentido, Avritzer (2003) concebeu este cenário de transformações rumo à redemocratização do país, destacando a capacidade de atores sociais de se introduzirem no processo decisório, a partir do rearranjo institucional que passou a congrega participantes do Estado e da sociedade civil.

Promover qualquer estudo sobre a questão da violência, em qualquer dos seus aspectos, por mais que pareça, não é uma coisa natural devido à proporção que o problema alcançou, pois hoje, ninguém está imune, não há cerca, muro, portão, tranca, esconderijo, lugar, seguranças, seja na cidade ou no campo, que esteja protegido contra a violência.

É uma “doença gravíssima” para a qual se faz urgente e necessário se encontrar remédios para combatê-la. Já vai longe o tempo em que parecia que a violência era um problema causado por pessoas carentes de bens e serviços públicos. Esse pensar fez com que o tema naquele momento perdesse um pouco da importância, pois imaginava-se que o problema era de fácil resolução; colocar bens e serviços mínimos ao dispor da população carente

acortinava e escondia o real significado do problema, com isso a ameaça ao patrimônio, a honra, a moral, a ética e a vida daqueles que possuíam e possuem condições financeiras avantajadas, no campo ou na cidade, fosse na sua comunidade, no seu bairro, na sua cidade, no seu Estado, no seu País, fosse ele subdesenvolvido, em desenvolvimento ou desenvolvido, ou fora dele, não era uma preocupação.

Aos poucos, mas não muito lentamente, o problema foi ganhando contorno de “epidemia”, cada dia novas práticas criminosas foram descobertas e quando somadas as antigas, chegam ao ponto de ganhar contorno de descontrole, deixando todos inertes diante da situação alarmante em que se encontra. Hoje há apenas uma certeza: não existe classe social ou econômica isenta do crime. As práticas e modalidades criminosas são mutáveis, não é sabido por parte do Estado, todas as modalidades de crimes que existem ou que por ventura possam existir. É necessário conhecer as práticas criminosas para setar a chance de antecipação ao crime e, diferentemente do passado, sabe-se que suas causas vêm variando no tempo e no espaço.

Nesta pesquisa, foi necessário estudar o problema da criminalidade com seriedade e elevada profundidade para assim conhecermos o criminoso, as causas e o caminho do crime a percorrer quando da sua execução e cada modalidade criminosa, obtendo-se com isso a visão mais abrangente possível a finalidade para se poder contribuir e se combater de maneira mais precisa essa epidemia que assola toda sociedade. Não há exclusividade no caminho da pesquisa, entende-se que todos os ramos da ciência são aliados e responsáveis em encontrar soluções para os problemas da humanidade, a ciência só avança assim.

A geografia vem ao longo do tempo desenvolvendo estudos que analisam, identificam ou justificam a relação entre território, violência e poder. Em um primeiro momento, tal ciência vem justificar a expansão imperialista dos Estados-nação europeus pelo mundo, principalmente da Alemanha. A geografia serviu, então, para fins estratégicos do Estado, sendo o poder entendido apenas de maneira institucional-política (RATZEL, 1983, 2011).

Em um segundo momento, a geografia se concentrou, principalmente, quem identificar e localizar os fenômenos relacionados a violência no espaço. A afirmação de que criminologia ambiental é responsável até hoje em identificar, mensurar e mapear os índices e ações criminosas. Tal estudo serve para o Estado realizar ações com o intuito de diminuir os índices de criminalidade em seu território.

Por fim, a geografia crítica vem analisando a relação entre território, violência e poder desde meados do século XX. Primeiramente, por Lacoste (1988) e Rafestin(1980),

posteriormente, em âmbito nacional, por Haesbaert (2004), Souza (2000, 2008), Arendt (2001), Francisco Neto (2004), Ferreira e Penna (2005) e Bordin (2009).

Nesse contexto, vêm ganhando ênfase e importância estratégica dos estudos realizados que visam não apenas identificar e quantificar as ações criminais violentas, mas também a essência dessas ações.

A raiz do problema do aumento considerável da violência está na repartição desigual da nossa sociedade, no consumismo que é incentivado pela mídia a qual é indispensável para a existência atual do capitalismo e para mostrar incapacidade do Estado em resolver essa situação, bem como na dificuldade de equipar material e profissionalmente suas instituições.

Existe, atualmente, uma diminuição do papel do Estado na contemporaneidade. Isso porque após a crise do petróleo na década de 1980, houve a necessidade de se investir na economia e modificar o papel do Estado. Antes, o Estado denominado de Bem-Estar, era o principal responsável pelos investimentos no social. Com o avanço do neoliberalismo, esse tipo de Estado, altamente interventor, entrou em crise. O seu novo papel passa a ser o de manter a estabilidade dos sistemas financeiro e monetário, assim como controlar a inflação e apoiar as leis do mercado como a principal forma de orientação econômica, deixando os problemas sociais em segundo plano (SOUZA, 2003).

Diante disso, os serviços prestados a sociedade brasileira começam a passar por diversos problemas, entre eles o setor de segurança. Assim, entender o processo de acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pelos entes de segurança, que compõem o sistema de segurança pública no Brasil, é de fundamental importância, pois a partir dele a sociedade é capaz de entender os problemas de segurança oficial e apontar para a reformulação e/ou implementação de novas metodologias que possam fazer frente à criminalidade.

Corroborando com essa perspectiva, convém salientar que a eficiência constitui-se como um dos princípios fundamentais para a administração pública, e, portanto, a estrutura material e imaterial postos à disposição dos órgãos de segurança pública deve-se desenvolver buscando-se atingir essa finalidade.

Desta forma, torna-se imprescindível a realização de uma investigação de cunho científico, mas amparada nas ferramentas da interdisciplinaridade, principalmente da geografia, tendo como um dos focos analíticos, o olhar sobre o uso do território, a produção da violência e as relações de poder.

Estudar a violência a partir da Geografia vem sendo um grande desafio, que tem se mostrando extremamente interessante e recompensador. Seria mais simples e mais fácil usar o

direito, por ser uma das ferramentas de vivência do profissional Delegado de Polícia Civil, entretanto, este é o principal desafio desta pesquisa. Espacializar a violência sob a ótica geográfica apresenta-se como forma para encontrar as respostas para a hipótese deste estudo, por exemplo, discutir a violência entendendo os conceitos: território, região, comunidade, bairro, aglomerado, zona rural e zona urbana, rede, sistema, poder, etc. é de extrema necessidade já que a violência é vivida no espaço territorial de disputas por poder.

Da experiência como Delegado de Polícia Civil do Estado do Pará com mais de 11 (onze) anos de atividade policial, tendo passado por várias delegacias do interior do Estado foi possível compreender que as cidades estão desestruturadas e as polícias civil e militar trabalham com pouquíssimas estruturas de trabalho, baixo número de policiais, muitas vezes esses funcionários acumulam atividades na tentativa de oferecerem o mínimo de ordem à população, o que contrapõe a um elevado número de habitantes, advindos, em sua maioria, de famílias também desestruturadas e carentes de serviços e de bens públicos.

Esta pesquisa parte da problemática de que: em cidades com projetos minerários, os municípios detêm receitas elevadas contudo não fornecem bens e serviços a seus munícipes de forma adequada, ou usam suas finanças de forma semelhante às cidades com receita mais baixa? A percepção e os dados colhidos nos remetem a entender que a gestão municipal de Parauapebas pouco investe em projetos capazes de contribuir de forma significativa no combate à criminalidade nestas cidades os índices coletados são tão elevados quanto nas mais pobres. As administrações pouco ajudam as forças policiais no seu aparelhamento para que possam desempenhar suas funções de forma mais eficiente, elas aguardam que os Estados e a União resolvam sozinhos o problema da criminalidade em seus territórios.

A pesquisa ora proposta será desenvolvida no município de Parauapebas, no período de 2007 a 2015, buscando identificar o momento em que o município surgiu, a formação social, bem como a receita municipal (a segunda maior do Estado) o estágio da criminalidade em Parauapebas e por fim, como ocorre a relação entre as forças policiais e o poder econômico e político municipal.

A importância de se demonstrar o surgimento do município ao leitor é para facilitar a compreensão do trabalho e, portanto, dizer que Parauapebas inicialmente surge da necessidade de descentralização do poder, que estava assentado no município de Marabá o que dificultava a chegada de bens e serviços públicos à comunidade dependente, por outro lado, o desmembramento permitia a formação de outro núcleo de poder, o que talvez tenha sido a causa mais forte (segundo Palheta da Silva)..

A outra questão que muito atrai os olhos de qualquer pesquisador é a formação social da população do município, inicialmente, atraída por pessoas que tinham o uso da terra como seu principal objetivo; os primeiros moradores formavam as comunidades agrícolas. No entanto, com a descoberta da mina, muda-se completamente o perfil daqueles que passaram a procurar o município como moradia. São pessoas que veem na exploração mineral a possibilidade de enriquecerem.

Por outro lado, a receita do município é algo que chama atenção, conta basicamente com repasses do Estado e da União, além dos próprios, advindos de seus impostos, mas que no seu conjunto, pouco fazia frente às necessidades de sua população. Com o início da exploração mineral a receita de Parauapebas salta de forma estrondosa, saindo das últimas colocações elevando-se ao topo, no Estado do Pará.

Ademais, esta pesquisa fez um retrato da criminalidade no município de Parauapebas, delimitou-se entre os anos de 2013 a 2015, pois o objetivo é investigar quais as modalidades criminosas que mais afligem os moradores, a evolução delas, se existem particularidades por se tratar de uma cidade minerária e o que as forças policiais estão fazendo para combatê-las.

Por fim, o trabalho buscou identificar, como se estabelece a relação entre os poderes econômicos e político local e as forças policiais; realizam ou não parcerias quando se trata de unir forças para enfrentar os criminosos e possibilitar o retorno da paz social que a população tanto clama.

Com a análise conjunta de todos esses elementos espera-se a possibilidade de apresentar sugestões às forças policiais, e principalmente, ao poder econômico e político local visando restabelecer a paz social, a oferta de bens e de serviços a todos os moradores de Parauapebas.

Para a operacionalização desta pesquisa, serão utilizados como técnicas de pesquisas estudos exploratórios, com o intuito de verificar a situação do município de Parauapebas, constituindo-se como um estudo de caso. Segundo Yin (2002), compreende o estudo de caso, como uma importante estratégia de pesquisa capaz de possibilitar ao pesquisador uma leitura do ambiente organizacional, a partir de uma abordagem qualitativa.

Ademais, para contemplar os objetivos deste trabalho, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos de investigação:

Primeiro a revisão bibliográfica pertinentes à realização da pesquisa, assentada principalmente na temática de segurança pública (RATZEL, 2011, 1983; LASCOTE, 1988; RAFFESTIN, 1980; HAESBAERT, 2004; SOUZA, 2000, 2008; ARENDT, 2001 ; ADORNO, 2002). Para o entendimento da importância histórica da ciência geográfica para a

análise da questão do poder, da violência e da produção do território. Estas categorias são diferentes, mas estão intrinsecamente relacionadas, sendo centrais para o desenvolvimento desse trabalho. Nesse sentido, levantamos os principais autores brasileiros que trabalham com a Geografia do Crime (FRANCISCO FILHO, 2004; MORAIS, 1996; FÉLIX, 2002; FERREIRA, PENNA, 2005; BODIN, 2009).

No segundo momento da pesquisa, foram levantados dados secundários sobre o município de Parauapebas, no Estado do Pará, histórico do município, dinâmica socioeconômica, aspectos demográficos, arrecadação. Os dados secundários aqueles já coletados por outrem, que podem ser encontrados previamente tabulados, ordenados e, às vezes, até analisados, com outros propósitos. Estes dados são coletados principalmente em: empresas, publicações científicas ou não, instituições do Estado e instituições não-governamentais. Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados os dados oficiais do Estado, dados estes que tem suas fontes demonstradas seguidos de suas apresentações.

Num terceiro momento da pesquisa realizamos entrevistas semi-estruturadas (aquelas que contêm perguntas pré-elaboradas, mas que permitem avançar), junto aos representantes da sociedade civil organizada, relativas ao poder público, relativas às organizações representativas da sociedade, com vistas a compreender a visão dos municípios sobre a violência no seu território além de entrevistas com as autoridades policiais que trabalham no município com o intuito de entender quais os principais problemas enfrentados pela polícia no atendimento à população e no combate a criminalidade. Em fase posterior, proceder-se-á uma análise das entrevistas objetivando destacar os seus principais registros. As entrevistas semi-estruturadas possuíram um guia previamente elaborado que serviu de eixo orientador; este não era fechado e pôde ir se adaptando ao entrevistado (FRASER; GODIM, 2004). A entrevista individual permite entender a visão do informante sobre um determinado assunto. O objetivo central foi procurar os sentidos e a compreensão do texto obtido pelo entrevistado. Para isso, foi necessário produzir uma transcrição de boa qualidade que não distorcesse o sentido das respostas sobre as questões levantadas. Assim, o conteúdo da entrevista pôde decompor temáticas e subtemáticas relacionadas à problemática enfocada (GASKELL, 2008).

Desta feita a dissertação está estruturada em 2 Capítulos: no primeiro capítulo realizou-se uma análise sobre a violência e o território por meio de autores da geografia clássica e contemporânea. Buscou-se entender a Geografia da violência e do crime, ou seja, atores em conflitos pelo uso do território.

Já no segundo capítulo fez-se necessário entender o processo histórico de formação do município de Paraupébas, sua caracterização socioeconômica, as características do crime e qual a percepção da população local sobre a violência no município.

Nas considerações finais, buscou-se saber se existia algum tipo de soma de esforços visando somar forças afim de se estruturar minimamente as forças de combate à criminalidade para que se pudesse frear e reduzir o atual pico de crimes que vem ocorrendo no município.

Por fim, foram apresentadas algumas sugestões, no campo econômico, visando evitar o colapso no município pela possibilidade de queda de receita, em virtude da possibilidade do exaurimento da mina, e no campo social, visando construir estrutura para se fazer frente à criminalidade e com isso oferecer aos munícipes paz e bem estar.

2 GEOGRAFIA DO CRIME: ANÁLISES SOBRE A VIOLÊNCIA E O TERRITÓRIO

Apresentaremos nesse capítulo conceitos, categorias, temáticas e teorias que nos ajudam a pensar a importância dos estudos geográficos para o entendimento da produção da violência e do território na nossa sociedade.

Nesse sentido, foram realizados levantamentos bibliográficos teóricos-conceituais principalmente sobre as temáticas: violência, poder e território, no qual nossos principais autores foram: Ratzel (1982, 2011), Lacoste (1988), Raffestin (1981), Haesbaert (2007), Arendt (2005), Souza (2004, 2008), Adorno (2006) e Sack (1983), bem como a importância que vem ganhando a Geografia do crime nos estudos sobre esta temática (FRANCISCO FILHO, 2004; BORDIN, 2009; FÉLIX, 1996; FERREIRA, PENNA, 2005).

Assim, na primeira parte desse capítulo realizou-se uma retomada histórica sobre os estudos geográficos clássicos que analisam a questão da violência em determinado território. Discutiu-se, então, a Escola Ratzeliana e a perspectiva da Geografia Positivista (determinismo). Posteriormente, fez-se uma breve análise dos estudos realizados sob a orientação da Geografia Teórico-quantitativa (Neo-positivismo), ganhando ênfase a criminologia de ambiente. Por fim, apresentou-se dois autores-chaves para o início da discussão do poder, território e violência na Geografia Crítica (materialismo histórico-dialético), Lacoste e Raffestin.

Na segunda parte, observaram-se os trabalhos dos autores contemporâneos, principalmente os de Haesbaert, Souza e Sack, para debater a relação território e poder e Adorno e Arendt para a discussão sobre poder, violência e medo. Nesse momento, apontou-se para a perspectiva base deste trabalho.

Na última parte, apresentou-se o que se constitui atualmente como a Geografia da Violência e a sua importância para entender a produção da sociedade contemporânea. Esta que é tão atingida pelas assimetrias de poder, pela violência e pelo medo; apontando para a importância dos estudos geográficos para compreender atualmente tal temática.

2.1 CONCEBENDO A RELAÇÃO ENTRE TERRITÓRIO E PODER: ANÁLISES GEOGRÁFICAS CLÁSSICAS

A categoria território, e sua teorização, começou a ser trabalhada e desenvolvida principalmente durante o século XIX, a partir da geografia política. Isso porque eram

intensas preocupações e a necessidade de justificativa em relação à corrida imperialista europeia em direção à África e à Ásia. Nesse contexto, um importante geógrafo trouxe o conceito de território para a Geografia e para as ciências humanas. Ele foi Ratzel (MORAES, 1991).

Para Ratzel, a fundamentação do território estava baseada nos interesses do Estado.

Como o Estado não é concebível sem território e sem fronteira, constitui bastante rapidamente uma geografia política, e ainda que nas ciências em geral se tenha perdido de vista com frequência a importância do fator espacial, da situação, etc., considera-se, entretanto, como fora de dúvida que o Estado não pode existir sem um solo (RATZEL, 1983, p.93).

Nesse sentido, o autor considera o território como um espaço necessário a qualquer população, sendo seu foco principal e único o território do Estado. Dessa maneira, o território é fundamental para a evolução de um Estado, que deve assim, sempre se preocupar com o domínio e aquisições de novos territórios (RATZEL, 1983, 2011).

Destaca-se que os estudos realizados pela escola Ratzeliana tinham forte relação com as políticas expansionistas do Estado, principalmente o Alemão, além de uma grande influência naturalista. O Estado para conseguir proporcionar as condições necessárias para a reprodução da sua sociedade deveria ter um domínio sobre uma determinada área. Existia, então, para Ratzel um 'espaço vital'¹ para a reprodução social. Tal espaço representaria uma proporção de equilíbrio de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo, portanto, suas potencialidades de progredir e suas premissas territoriais. As guerras, a violência e o avanço expansionista dos Estados europeus, principalmente o Alemão, seria, então, justificável e necessário (GOMES, 1996).

Tais estudos levaram à marginalização da temática territorial nas discussões acadêmicas, pois estavam muito mais voltados para a produção de subsídios e de justificativas das estratégias violentas geopolíticas e imperialistas utilizadas pelos Estados-nações europeus do que preocupados em explicar a realidade e as problemáticas do seu contexto (MACHADO, 1997). Muitas vezes, o território é confundido aqui com o solo ou a área de comando de um grupo ou de um Estado.

¹ Segundo Ratzel (1983, 2011), o povo se liga com o solo por meio do “espaço vital”. Este era a fração de território necessária para o desenvolvimento social e econômico de um povo. O homem seria um agente transformador da natureza através de seu trabalho, ao mesmo tempo em que este mesmo homem é dependente das condições naturais de seu espaço vital. Esta teoria serviu muitas vezes para justificar o avanço imperialista europeu sobre o mundo, pois, segundo essa perspectiva, para o desenvolvimento da sociedade nacional era necessário cada vez mais território disponível e dominado. Isto é, apropriação de novos recursos naturais, terras, mão de obra barata, imposição religiosa, de raça e de língua, etc.

Em meados do século XX, muitas críticas foram atribuídas a naturalização dos fenômenos geográficos e à utilização do método descritivo, que compunha o positivismo clássico e também, nesse sentido, algumas abordagens de Ratzel. Tal método baseava as escolas deterministas e positivistas da geografia (SANTOS, 1986).

Buscando um reconhecimento científico, a geografia quantitativa da escola motivacional que estava baseado na linguagem matemática e na compartimentação e entendimento dos espaços segundo seus aspectos quantificáveis. Nesse momento, buscava-se uma certa “imparcialidade” dos estudos geográficos, que teriam como objetivo apenas identificar e mensurar os elementos presentes no espaço (SANTOS, 1986).

Nesse contexto, em relação ao território e a violência, a tradição da produção geográfica no assunto se restringe à preocupação com a espacialização do fenômeno, isto é, localizar as ocorrências violentas ocorridas no espaço, principalmente no urbano, e correlacioná-las às condições físicas mensuráveis do local onde acontecem. Muitas vezes, essas mesmas condições são confundidas com a própria causa da violência (FERREIRA; PENNA, 2005).

Esta corrente de pensamento geográfico ainda está presente em determinados estudos dos geógrafos no Brasil atual, através de grupos que procuram entender a criminologia de ambiente². Pode-se considerar tal perspectiva como uma variante da análise espacial dos crimes e de suas implicações no meio urbano. Entretanto, temos grandes ressalvas, pois essa criminologia de ambiente procura focar especificamente o “crime” e não suas causas, ou seja, os estudos são direcionados a tratar da redução dos índices criminais, deixando de lado a busca pela essência da problemática da violência, poder e território na sociedade contemporânea (BORDIN, 2009).

Identifica-se, então, algumas produções científicas no campo da Geografia que procuram explorar esse viés da espacialização através das técnicas de geoprocessamento e não especificamente de uma análise de suas origens e dos problemas gerados pela violência e pela produção de um território do crime pela qual passa a sociedade brasileira (BORDIN, 2009).

A espacialização das ocorrências permite aos órgãos de segurança pública vigiar e punir crimes, mas não é suficiente para combater a onda de violência que assola nossas

²A criminologia de ambiente consiste em analisar os padrões da essência criminosa. Tal estudo ganha força com o avanço das modernas tecnologias de geoprocessamento e com o desenvolvimento de intensas críticas em relação a maioria das teorias criminológicas, pois estas possuem pouco valor prático para a polícia. A criminologia de ambiente esta também vinculada a análise criminal, que é a disciplina que procura entender os padrões das ocorrências criminais em um determinado período de tempo e numa determinada localidade geográfica, tendo a sua origem na Inglaterra do Século XIX, após a criação da Polícia Metropolitana de Londres, por Robert Peel (BRASIL, 2008).

idades. Isso porque tal análise fica restrita à sua aparência, não conseguindo entender a verdadeira essência do problema, seu contexto e suas raízes (FERREIRA; PENNA, 2005).

Ademais, a partir de 1960, intensas transformações históricas foram vivenciadas no mundo todo, tanto econômicas quanto políticas e culturais. Nesse contexto, o conceito de território passou por uma revisão importante. Era necessário levar em consideração outras relações de poder que se manifestavam no espaço e que não se restringiam, de maneira alguma, as estratégias ideológicas e geopolíticas do Estado e nem a identificação de fenômenos socioespaciais.

Em busca do entendimento da produção desigual da sociedade capitalista e da essência dos fenômenos socioespaciais, dentre eles a violência e a produção do território, ganha ênfase a Geografia Crítica. Assim, a retomada do pensamento marxista, nas ciências humanas, em especialmente a geografia, introduziu-se, a partir do materialismo histórico e dialético, profunda revisão da literatura que trata sobre território.

Observa-se, segundo Saquet (2007), relativo cuidado dos pensadores da geografia em conferir sistematização dos conceitos afeitos ao espaço e ao território. Passa-se, a partir de então, denotar o conceito de território a partir de uma perspectiva filosófica, geográfica, econômica ou sociológica, comungando em concebê-lo “como subproduto de relações sociais efetivadas no âmbito da família, da comunidade, rural e destes com agentes da cidade” (SAQUET, 2007, p. 63).

Nos anos 1980, observa-se com grande predominância o pensamento de Dematteis (1985), que afirma que o território está envolto de forças que o modelam enquanto espaço-ambiente material modelado. O autor afirma que essa adequação se dá a partir de forças políticas e de mercado e não como duas instâncias separadas em níveis distintos, trata-se de uma visão relacional e processual do território e da territorialidade.

É neste contexto que o debate em torno do conceito ganha importantes contribuições, conforme destacado por Brito:

Estudos desenvolvidos a partir da década de 1980, por pesquisadores das ciências humanas, sobretudo da geografia, buscam superar a vinculação biológica que permeia o entendimento sobre o território, com a valorização das ações sociais. Entretanto, a compreensão desse conceito ainda oculta princípios que, forçosamente, remetem a territorialidade, que são as ações entre os agentes sociais, ao nível de relações hierarquizadas e com forte apelo sintagmático (BRITO, 2008, p. 19).

Brito (2008) alerta para o fato da contínua construção e desconstrução de territórios, sem que isso represente algo mediado por estados ou governos. Neste sentido, ele dá

indicativos de que não há correlação direta entre a produção desses elementos numa perspectiva meramente institucional.

Dentro da gênese da Geografia Crítica, uma das obras clássicas foi escrita por Yves Lacoste, em 1976, intitulada “A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”. A ideia central dessa obra gira em torno da visão de que a “verdadeira geografia” é essencialmente geopolítica. Isso porque ela sempre serviu principalmente (embora não somente) para fazer a guerra, isto é, para fins estratégicos e de violência. Assim, o autor procurou mostrar a enorme importância da Geografia não apenas para as guerras militares como também para qualquer forma de contestação, violência ou luta no e com o espaço (greves, passeatas, demandas por melhorias no local). O poder e a produção do território, então, era produto tanto do Estado quanto dos grupos sociais de modo geral (LACOSTE, 1988).

O contexto no qual Lacoste escreveu essa obra é também importante de se entender. A guerra do Vietnã lhe forneceu uma resposta, um campo a ser pesquisado e que lhe daria a “chave” para explicação empírica da função social da geografia. Nesse sentido, Lacoste rotulou esse conflito de “guerra geográfica”, pois o conhecimento do espaço estava sendo fundamental para o seu desenvolvimento, derrotas ou vitórias dos exércitos americanos ou vietnamitas (LACOSTE, 1988).

Ademais, o controle e o domínio da produção de mapas, por exemplo, em especial das cartas feitas pelos Estados maiores eram importantes para o exercício do poder de quem tinha a capacidade de interpretá-las – na maioria das vezes o Estado – e para o controle social pela via da manipulação ou da reorganização dos espaços. Assim, os estudos geográficos não eram imparciais e sua apreensão era de fundamental importância para exercer o controle e a dominação sobre espaços, seja de atores como o Estado ou como da sociedade civil organizada e seus cidadãos (LACOSTE, 1988).

Assim, categoria território reaparece na Geografia Crítica, a partir das relações entre diversos atores sociais que compõem o espaço, organizando várias territorialidades. Estas que se manifestam em práticas culturais simbólicas, políticas e econômicas e que em sua essência, exprimem relações de poder, que podem ou não seguir as regras do Estado maior.

Nesse sentido, outro autor se destaca: Raffestin. Para ele,

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço [...]. O território, nessa perspectiva, é o espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e por

consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1980, p. 143-144).

Preocupado em desenvolver a categoria território e a distinguir do espaço, Raffestin expõe que o espaço seria a “prisão original” e o território a “prisão que os homens constroem para si”. Nesse sentido, o território seria o campo de ação dos trunfos e dos atores, enquanto o espaço é o local de possibilidades, a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a quaisquer práticas, que serão o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção dele se apoderar. O espaço preexiste em relação ao território, que só é produzido através da ação humana. Por isso, essas categorias devem ser entendidas não como sinônimos, mas sim a partir de análises diferentes (RAFFESTIN, 1980).

Assim, considera-se do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, como atores sintagmáticos que produzem territórios. Nesse sentido, toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamento, é considerada “produção territorial”. Tal produção pode assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído (RAFFESTIN, 1980).

Neste sentido, o autor aponta um sistema de tessituras, de nós e de redes organizadas de forma hierárquica, em processo contínuo de manutenção do poder sobre o que pode ser gerido, possuído ou mesmo alocado. Vê-se, entrelaçado, neste contexto, poder, território e espaço, enquanto vertentes que se agregam na modificação das tessituras sociais, políticas e econômicas, derivam de relações de poder existentes no território, Raffestin (1980):

As “imagens” territoriais revelam as relações de produção e, conseqüentemente, as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. (RAFFESTIN, 1980, p. 50).

Ocorre que a construção do território denota assimetrias sociais que levam aos conflitos e às divergências entre seus atores. O território continua a ser a cena do poder, mas como trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de poder da sociedade. A produção de territórios, em uma perspectiva relacional (aquela que tem nas relações socioespaciais os seus fundamentos), inscreve-se perfeitamente no campo do poder (RAFFESTIN, 1980).

O poder também é uma categoria importante para o desenvolvimento desse trabalho. Para começar, destacamos que o termo “poder” possui uma grande ambigüidade que deve ser

trabalhada e elucidada. Ele pode ser escrito tanto com letra maiúscula como também com minúscula, significando e dando ênfase para relações e processos diferentes.

Para Raffestin (1980), marcado por uma maiúscula, o Poder se resume na história de nossa equiparação a um conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado, postulando a soberania de um Estado, a forma da lei ou de uma unidade global de dominação. É uma visão unidimensional que dá conta do Poder exercido em suas diversas esferas pelo Estado.

Em relação ao Poder, escrito com minúscula, ele está presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se. Ele é consubstancial e inerente a todas relações sociais, ou seja, toda relação social é ponto de surgimento de poder. Nesse caso, ele é multifacetado estando presente nas relações intrínsecas e extrínsecas dos diversos atores sociais. Portanto, seria inútil procurar o poder em um centro único de soberania, pois ele é o alicerce móvel das diferentes e desiguais relações de força, que nem sempre são locais e instáveis (RAFFESTIN, 1980).

Nesse sentido, o autor contribui, sobremaneira, para o avanço da discussão sobre território e poder; estes que muitas vezes se encontravam restritos à esfera do Estado-nação. O território e o poder são, então, muito mais complexos, estando presentes no Estado, em todas suas esferas e organizações, e também em todas relações sociais.

Nosso objetivo não é dar subsídios para o aumento da repressão sobre a sociedade, nem identificar e plotar os crimes no espaço. Interessasaber quais as problemáticas vivenciadas pela população diante do aumento da população e, conseqüentemente, da violência no município após a descoberta de mina no seu território.

2.2 ENTRE PODER, VIOLÊNCIA E TERRITÓRIO: ANÁLISES CONTEMPORÂNEAS

Apesar de Raffestin (1980), ter se tornado um clássico nas análises territoriais, muitas críticas foram desenvolvidas em relação sua teoria. Uma das críticas principais foi a “coisificação” do território e a redução do espaço ao espaço natural e palco das ações humanas. Apesar de pretender desenvolver uma abordagem relacional por inteiro, Raffestin não discerniu que o território não é um mero substrato, mas sim um campo de forças, bem como o espaço não é natural ou mero palco, mais sim uma produção social. O que discerne uma categoria da outra é o foco da análise, sendo o poder e as relações de força primordiais para as análises territoriais (SOUZA, 2000; HAESBAERT, 2004).

De acordo com o pensamento de Haesbaert, o território, em sua perspectiva geográfica integradora, deve levar em consideração a territorialização dos diferentes agentes como um processo de domínio (político-econômico) e/ou de apropriação (simbólico-cultural) dos espaços pelos grupos humanos (HAESBAERT, 2004).

Nesse sentido, Haesbaert destaca:

Encontramos aqui um outro debate muito relevante: aquele que envolve a leitura do território como um espaço que não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza). O território, assim, desempenharia um pouco o papel que cabia à região como o grande conceito integrador na perspectiva da geografia clássica (HAESBAERT, 2004, p. 75).

Assim, o território é entendido enquanto híbrido, entre o mundo material e o ideal e entre a sociedade e a natureza, em suas múltiplas esferas (natural, econômica, política e cultural). Ele é multiescalar e multidimensional, sendo concebido a partir da imbricação de múltiplas (do econômico ao simbólico) relações de poder (HAESBAERT, 2004).

Assim, o território é produzido na relação entre diferentes dimensões, a saber: 1) jurídica-política, segundo a qual o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal; 2) cultural(ista), que prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, por ela o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço; 3) econômica, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho (HAESBAERT, 2004).

A violência pode ser, então, institucionalizada, simbólica ou econômica. Isto é, praticada pelo próprio Estado, por um constrangimento simbólico ou velado entre os grupos sociais ou por uma ação de exclusão e restrição econômica de acesso e uso do território.

Ademais, atualmente, é possível afirmar que a experiência integradora do espaço (mas nuncatotal, como na antiga conjugação entre espaço econômico, político e cultural, contíguo e relativamente bem delimitado) é fortemente influenciada pela lógica zonal e de redes, através de múltiplas escalas. Os territórios-rede, configurados na lógica das redes, são espacialmente descontínuos, dinâmicos e mais susceptíveis a sobreposições na partilha com múltiplos territórios. Tal forma de organização espaço-territorial coexiste com os territórios-zona, mais tradicionais, que se definem a partir de uma lógica zonal, com áreas e limites (fronteiras) relativamente bem demarcados, com grupos mais enraizados (HAESBAERT, 2004).

Enquanto a lógica dos territórios-rede é a do controle espacial através dos fluxos e/ou conexões, nos territórios-zona prevalecem as dinâmicas sociais ligadas ao controle de superfícies ou à difusão em termos de espaço contínuo. É importante alertar que essas definições estão articuladas. Não passível identificar as lógicas territoriais separadamente na realidade efetiva. Ou seja, a rede estaria, ao lado das superfícies ou zonas, compondo de forma indissociável o conteúdo territorial (HAESBAERT, 2004).

Haesbaert(2004) trabalha também com o conceito de multiterritorialidade, interessado em explicar como a nossa atual sociedade se territorializa material e imaterialmente. Isto é, apropria-se e domina o espaço real e também, através do avanço dos meios de comunicação, o cyberspaço. O autor nos aponta, então, a possibilidade de deterritorialização ao mesmo tempo em vários espaços diferentes. Porém, essa perspectiva não é o foco do nosso trabalho.

Tentando avançar na análise e na produção de uma teoria e do conceito de território, Souza é um autor contemporâneo de fundamental importância para este trabalho. Ele expõe que mais que espaços concretos, que são, na verdade substratos materiais das territorialidades, os territórios são, antes, relações sociais projetadas no espaço, configurando-se como espaços definidos e delimitados por e a partir de relações de poder, ou em outros termos, como relações de poder espacialmente delimitadas que operam sobre um substrato referencial (SOUZA, 2000).

A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geológicas e os recursos naturais de uma certa área, ou o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e o seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo, como exemplificam as palavras de Sun Tsu a propósito da conformação do terreno, mas o verdadeiro Leitmotiv³ é o seguinte: quem domina ou influencia ou como domina ou influencia esse espaço? Esse Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina e influencia quem nesse espaço, e como? (SOUZA, 2000, p.78-79)

Verifica-se, então, que o foco principal do território é a apropriação material ou imaterial de um determinado espaço, sendo o poder o mediador dessas apropriações. Tem-se então uma relação indissociável entre território e poder, categorias diferentes, mas que não existem sem o outra. Isso porque o poder se desenvolve e se materializa em uma determinada fração espacial, o território, e este é constituído por e a partir de relações de poder.

³Leitmotivvem do alemão e significa motivo condutor ou motivo de ligação. Ele é um termo composto, expressão idiomática naquele originário vernáculo, para significar genericamente qualquer causa lógica conexiva entre dois ou mais entes quaisquer.

Ademais, é importante destacar que se entende que o uso e o controle do território, da mesma maneira que a repartição real do poder, devem ser levados em consideração quando da elaboração de estratégias de desenvolvimento socioespacial em sentido amplo. Assim, contribuiria para uma maior justiça social e não se limitaria a clamar por crescimento econômico e pela modernização tecnológica (SOUZA, 2000), entendendo o político como uma dimensão fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

O território pode ser entendido como uma base de poder de um determinado grupo ou agente sobre determinada área, quase sempre o que existe é uma superposição de diversos territórios com formas e limites não coincidentes, podendo existir contradições entre os diversos territórios (SOUZA, 2000).

Entende-se que o controle do espaço e dos processos desenrolados no interior de um determinado recorte espacial é uma condição para o exercício do poder. Este não existe sem uma base territorial (SOUZA, 2000).

Uma característica indispensável para a produção do território é a delimitação, o controle e a forma de poder referente a uma área, ou seja, somente quando as fronteiras, que podem ir do caráter físico ao simbólico, são usadas para afetar o comportamento e o controle de uma área é que se faz presente a configuração de um território (SACK, 1986).

Nesse sentido, as estratégias espaciais, que resultam das tentativas de um grupo ou de um indivíduo de afetar, influenciar ou controlar coisas, relações e pessoas, através da delimitação e da afirmação do controle sobre o território, são aqui entendidas como territorialidades. Estas podem ser intimamente relacionadas com o uso da terra e com a organização e o sentido do espaço dado pelas pessoas (SACK, 1986). Segundo Sack (1986) a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual se experimenta o mundo e o dotamos de poder.

Outra autora importante que avança nessa discussão é Arendt. Para ela o poder representa o momento original a partir do qual o espaço público e a participação política se constituem.

Se nos voltarmos para as discussões do fenômeno do poder, rapidamente percebemos existir um consenso entre os teóricos da política, da esquerda à direita, no sentido de que a violência é tão-somente a mais flagrante manifestação do poder. 'Toda política é uma luta pelo poder; a forma básica do poder é a violência', disse C. Wright Mills, fazendo eco, por assim dizer, à definição de Max Weber, do Estado como o 'domínio do homem pelo homem baseado nos meios da violência legítima, quer dizer, supostamente legítima'. (2001, p.31) [...] deve ser admitido que é particularmente tentador pensar o poder em termos de comando e obediência, e assim equacionar poder e violência. (ARENDR, 2001, p. 38)

Assim, a autora faz uma crítica à maneira como o poder é tradicionalmente tratado nos estudos das ciências humanas. Nesse sentido, é comum entender o poder de maneira reduzida, como apenas uma relação de mando e obediência ou como sinônimo de violência. Arendt propõe retornar a outra tradição do pensamento político, que fundamenta o conceito de poder no consentimento e não na violência. Trabalha-se com a ideia de poder e de lei cuja essência não está na relação de mando/obediência e sim no poder como domínio. Apesar de utilizarem o termo “obediência”, o que é central é sempre obediência às leis em vez de aos homens, ou seja, o apoio às leis para as quais os cidadãos haviam dado o seu consentimento (ARENDR, 2001).

Desse modo, “Poder”, em Arendt, se refere sempre a uma relação de consentimento em que as instituições se sustentam, qual seja, o “apoio do povo”. O poder se configura no momento em que traz as leis à existência, leis que retiram dessa ocorrência primitiva o consentimento para sua sustentação e manutenção ao futuro das instituições. Para ela, parece mesmo que a guerra e a violência, de maneira geral, são sintoma de perda de poder. Isso porque “toda diminuição de poder é um convite a violência, para aqueles que detêm o poder, sentem como se ele escorregasse por entre os dedos, sejam eles governo ou governados, encontram sempre dificuldade em perder e assim resistem à tentação de serem substituídos, para tanto se utilizam do instrumento da violência” (ARENDR, 2001, p. 56).

Ao que parece, deve ser de fundamental importância fazermos a diferenciação entre o que entendemos por poder e por violência para evitarmos confusão de compreensão entre o que é poder e aquilo que ele não pode ser.

o poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está ‘no poder’, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, “o seu poder” também desaparece (ARENDR, 2001, p.36).

A definição acima enfatiza quatro aspectos: primeiro, o poder é um fenômeno do campo da ação humana; não é, portanto, uma “estrutura”, nem se iguala à posse de determinados recursos; segundo, o poder é um fenômeno do campo da “ação coletiva”; terceiro, o poder surge na medida em que um grupo se forma e desaparece quando ele se desintegra, o que reforça a tese de que o poder está ligado a um momento de fundação; por fim, “estar no poder” significa “estar autorizado” pelo grupo a falar em seu nome

Sendo assim, ela não se confunde com a violência. Esta parece designar apenas ação física agressiva sobre outrem. Portanto, violência não identificaria qualquer ato coativo, mas apenas aquele que opera, no caso das relações sociais, sobre o corpo físico do oponente, matando-o, violando-o (ARENDR, 2001).

Pode-se notar, na perspectiva da autora, que o poder é uma outorga, um consentimento conquistado a partir de uma relação de interesses entre grupos sociais ou indivíduos. Não há, nesta perspectiva, a percepção de pertencimento de poder, a conquista, manutenção ou troca de poder, pois para a autora, trata-se de uma concessão que se respalda na legitimidade de seu exercício.

Arendt (2001) entende ainda, que o poder não possui hierarquia, e que nenhum agente possui mais poder que o outro, mas que ele se firma pelo tamanho do número de agentes que a ele emprestam seus nomes visando a prática de ações de interesse do grupo a qual está atrelado. Arendt assegura a existência do poder e afirma que o mesmo é próprio das relações sociais, não precisando ser justificado. Para ela quem precisa ser justificada é a violência.

Em relação à violência, pode-se dizer que ela sempre existiu em todas as sociedades e em todos os tempos como forma de resolver conflitos entre pessoas, na família, na comunidade e entre os países. Tradicionalmente a violência também abrange as ações de natureza criminal como roubos, delinquência e homicídios (WAISELFISZ, 2000).

Atualmente, juntamente com a violência tradicional, vêm se somar os atos que ferem os direitos humanos, como os de natureza sexual, maus-tratos, discriminação de gênero e de raça, englobando não apenas a agressão física, mas também situações de humilhação, exclusão, ameaças, desrespeito (WAISELFISZ, 2000).

A violência atinge profundamente, em diversas dimensões (socioeconômicas, políticas e culturais), as pessoas ao redor do mundo. Tal violência nas cidades brasileiras amedronta e isola os seus habitantes em casas transformadas em verdadeiras fortalezas, com grades nas portas e nas janelas e/ou muros altos com arame farpado, cacos de vidro ou fios elétricos, multiplicando também a presença de condôminos fechados, com segurança particular e controle rígido de entrada e saída de pessoas (SOUZA, 2008).

As cidades são marcadas pelo ritmo de vida acelerado, competitividade, deterioração e o abandono dos espaços públicos e pelas desigualdades. Este conjunto de situações é um dos principais fatores geradores de violência. Fica claro, diante destes problemas, a importância da segurança na qualidade de vida dos moradores, particularmente no que tange às políticas públicas de controle do crime. A prevenção da ocorrência do delito emerge como forte

aspiração social e se manifesta, especialmente, por cobranças de atuação dos órgãos de segurança pública através da prevenção criminal (VERONA, 2006).

Destaca-se também que a importância da violência em nossas cidades não se resume a uma questão quantitativa pelo número de pessoas atingidas – é a abrangência e a complexidade do fenômeno, na atualidade, o que mais preocupa. Assim, juntamente com as análises estatísticas, é necessário desvendar o contexto e as raízes desse problema social e geográfico.

Esse tema é tão importante que vem aumentando consideravelmente as pesquisas e publicações na geografia, com vista a refletir sobre as suas causas e a sua distribuição da violência no território. Destaca-se, então, que a violência constitui ingrediente importante e irrefutável na dinâmica urbana contemporânea. Os geógrafos estão tentando ser produtivos ao colaborar com profissionais estabelecidos no campo da justiça criminal, ajudando na detecção de áreas marginais através do seu mapeamento, e aumentando a eficácia da polícia no controle de prevenção do crime. Sem dúvida a análise geográfica do crime leva a interessantes e relevantes hipóteses da espacialização da criminalidade já que além da lei, do ofensor e do alvo, a localização das ofensas é uma importante dimensão que caracteriza o evento criminal e vem sendo considerada por criminólogos ambientais, em associação estreita com os conhecimentos dos geógrafos no sentido de entender as raízes e o porquê da manifestação dos fenômenos criminais (VERONA, 2006).

Nesse sentido, interessa muito menos como a violência acontece, mas essencialmente “anotar” a sua rede de significados que se produz na dimensão territorial como construção cultural. Interessa, então, para os geógrafos entender a (re) produção do espaço a partir do modo como se (re)elaboram práticas e relações sócio-territoriais em face de seus novos conteúdos. Atualmente, tais conteúdos estão encharcados da questão da violência.

Com agravamento da violência urbana, a população vem internalizando fortemente o medo como “padrão psico-social de comportamento urbano” (ADORNO, 2002). Essa situação se reflete, de forma marcante, na resignificação das práticas cotidianas, tendo o medo uma das questões principais das (re) definição do espaço, da paisagem e dos territórios.

2.3 A GEOGRAFIA DO CRIME

A violência tem estado cada vez mais presente na agenda de discussão da maioria dos países, independente do continente a que pertença. Não é, portanto, uma questão circunscrita

aos países pobres ou em desenvolvimento; está difusa em todas as nações em múltiplas formas, mas de maneira igualmente preocupante.

No Brasil, a violência, que se registra de forma mais intensa nas grandes cidades, ganhou status de problema nacional, a partir, principalmente da década de 1990. Isso porque, além da gravidade e intensidade com que atinge os grandes centros urbanos, com a difusão dos meios de comunicação no Brasil, as notícias sobre violência recobrem o território nacional de forma instantânea e homogênea – circulando inclusive em nível mundial.

Sejam grandes, médias ou pequenas, as cidades brasileiras vêm, paulatinamente e sistematicamente, internalizando o medo da violência urbana como elemento indissociável da vida na cidade. Segundo Adorno (2002), tudo leva a crer que a dramatização da violência urbana está a dizer algo além do mero crime. Parece dizer respeito à mudança de hábitos cotidianos, à exacerbação dos conflitos sociais, à adoção de soluções que desafiam o exercício democrático do poder, à demarcação de novas fronteiras sociais, ao esquadramento de novos espaços de realização pessoal e social, ao sentimento de desordem e caos que se espelha na ausência de justiça social.

Pensar no cotidiano dos cidadãos pressupõe considerar o seu constante estado de alerta. Frequentemente, para eles, o perigo está próximo, circunda as ruas, o ambiente privado dos lares e do trabalho. O perigo está também difuso e presente nos mais recônditos espaços da vida social. Todo contato ou vínculo passa a ser visto como sendo passível de ‘impureza’, o que reforça expectativas de isolamento e segregação (ADORNO, 2002).

A percepção dessa realidade, observando os discursos, as imagens e as transformações em curso no modo de vida das populações urbanas, aponta para a compreensão do espaço urbano sob a égide do medo. As ações de resistência se multiplicam pela cidade - reforço no aparato de segurança pública e privada, adoção de medidas extremadas nos projetos arquitetônicos inspirados nas fortalezas da idade média, etc. Generaliza-se na sociedade a sensação de impotência diante do problema da violência urbana (ADORNO, 2002).

Assim, é na mediação entre território, violência e medo que a Geografia deve se ocupar. Compreender a dinâmica do crime não é apenas definir uma relação entre lugares e atos de violência com o objetivo de implementar ações repressivas, como no caso dos estudos de criminologia de ambiente (FRANCISCO FILHO, 2004).

É importante ter uma visão clara dos processos operacionais envolvidos, do contexto socioespacial, da produção dos territórios e da vulnerabilidade dos grupos sociais no espaço, para que assim se possa antecipar-se ao crime e preveni-lo. Entende-se que a responsabilidade da prevenção deve ser um esforço de toda a comunidade, através do desenvolvimento de

políticas e ações que objetivem uma intervenção consistente e positiva nos fatores que causam uma quebra da ordem, das relações entre os indivíduos e os grupos sociais e o atendimento às carências e necessidades básicas de toda a sociedade, valorizando o sentido de cidadania (FRANCISCO FILHO, 2004).

Percebe-se que a espacialização das ocorrências permite aos órgãos de segurança pública vigiar e punir crimes, mas não é suficiente para combater a onda de violência que assola nossas cidades, pois não chega às raízes do avanço dos problemas relacionados a violência e a criminalidade. Para Francisco Filho (2004), é necessário desenvolver uma verdadeira análise sobre a essência da violência e do crime na nossa sociedade. Ele propõe, então, a configuração de uma Geografia do Crime, que se daria da seguinte forma:

O espaço urbano se apresenta como algo complexo, campo onde as relações humanas se estabelecem e se cristalizam nas suas formas e nas relações entre elas. É nesse espelhamento entre as ações e sua dinâmica no território que surge uma geografia do crime, em que cada ação de quebra da ordem e, conseqüentemente, de um ato de violação dos direitos do cidadão, adquire uma dinâmica e personalidade própria, estabelecendo um conjunto de ações que se interligam a outros fenômenos urbanos, interferindo e moldando a percepção que cada indivíduo passa a ser do espaço onde vive, estabelecendo novas texturas e morfologias no crescimento do tecido urbano, como consequência final de todo o processo. Falar em violência, portanto, e estabelecer sua geografia, é entender como o crime adquire uma organização, uma estrutura própria que faz seu reflexo no espaço urbano se sentir presente (FRANCISCO FILHO, 2004, p. 27-28)

Assim, uma importante categoria da geografia ganha relevância, o território. Para Souza (2000), a forma de abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e crítica, pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja território. Isto é, o território é um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite e uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os *outsiders*). Podem existir, também, uma multiplicidade de territórios ou territórios sobrepostos em uma determinada área, desde territórios institucionalizados e oficiais (Estado) a territórios produzidos por diversos grupos sociais, através da ação humana de poder sobre um espaço.

Nessa perspectiva, a delimitação do território como categoria de estudos de uma “Geografia da Violência” (ou “do Crime”) pode ser o ideal para entendermos toda a dinâmica criminal de determinadas áreas. Já que mesmo sendo obrigação do estado desenvolver políticas públicas que englobem a sociedade como um todo, sabemos que em alguns locais o

que predominada é território do crime, ou seja, territórios comandados por grupos sociais que exercem o poder sobre determinado espaço. Tais grupos exercem certo controle sobre a entrada e a saída das pessoas e as atividades econômicas e festivas desenvolvidas. Muitas vezes, esses grupos utilizam a violência para reprimir as pessoas que não consentem com os seus atos criminosos ou até mesmo em relação a outros grupos criminosos que queiram tomar o seu território (FERREIRA; PENNA, 2005).

Nesse sentido, para Ferreira e Penna (2005), a discussão entre a Geografia, a violência e o crime, resultaria inevitavelmente em uma discussão sobre o território e suas interações dentro de seus limites.

Assim, a Geografia do Crime tem dado grande contribuição aos estudos interdisciplinares que focam essa temática. Dentre essas contribuições destaca-se também o trabalho da geógrafa Félix (1996) que tem buscado explicar as múltiplas desigualdades espaciais de manifestação do crime e de todo o processo que o origina.

Sobre a apropriação territorial do crime, ressalta-se que: a territorialidade do crime é a expressão espacial das práticas dos grupos criminosos. A sua forma, contudo, varia de grupo a grupo, bem como os mecanismos utilizados no processo de territorialização, ou, em outros termos, de apropriação e domínio do espaço, do exercício de poder sobre este espaço (BRAGA et. al., 2008).

O peso atribuído a referências simbólicas na demarcação das fronteiras e limites, bem como o uso da força e da coação, são estratégias que os grupos criminosos lançam mão para se reproduzir no seu território. Além disso, outros mecanismos, mais sutis, como a popularidade de um indivíduo ou grupo também podem servir de suporte a territorialização do crime, garantindo a legitimidade e consentimento sobre os ocupantes ou vizinhos de bairro ou rua, ou seja, o poder sobre determinado espaço (BRAGA et. al., 2008).

2.4 GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA E DO CRIME: ATORES EM CONFLITOS PELO USO DO TERRITÓRIO

Destaca-se que um importante elemento para o aumento da violência urbana é o tráfico de drogas. Braga et al (2008), no seu estudo sobre o Rio de Janeiro, observa que os grupos criminosos atuantes no ramo do comércio varejista de drogas qualificadas como ilícitas, normalmente denominado de “tráfico de drogas no varejo” ou simplesmente “tráfico de drogas”, fazem uso de recortes espaciais específicos para sua atuação. Esses recortes espaciais ocorrem, em particular, a partir do domínio territorial das favelas e outros espaços

pobres e segregados da cidade, favorecendo-se de características específicas dessas localidades, sendo a mais importante a baixa participação do Estado como regulador e garantidor de direitos (BRAGA et. al., 2008).

O tráfico, no vácuo do Estado, é preenchido por uma estrutura de dominação que visa o comércio através de regras próprias, fazendo uso da força e da intimidação com o objetivo de garantir o território e, portanto, a perpetuação do processo produtivo em que o tráfico está inserido. A diminuição do poder do Estado nos espaços dominados pelo tráfico, expõe a sociedade ao convívio e submissão a outros territórios e a violência.

Apesar de possuir um forte componente territorial, o tráfico de drogas não é o responsável único pela violência urbana, mas dele derivam outras formas de violência que corroboram para o agravamento do estado de violência generalizado. Para Souza (2000):

Embora tráfico de drogas e criminalidade urbana violenta não sejam sinônimos – pois nem o tráfico precisa sempre e em todas as instâncias da violência nem a criminalidade violenta, naturalmente, se reduz aos crimes vinculados com o tráfico -, é indiscutível que a dinâmica da violência urbana passou, nas duas últimas décadas, a estar fortemente marcada pelos efeitos diretos (guerra entre quadrilhas e entre estas e a polícia, "balas perdidas") e indiretos (empréstimo de armamentos de traficantes para criminosos comuns, delitos praticados por viciados etc.) do tráfico de tóxicos (SOUZA, 2000, p. 53).

Há, então, um fio que liga o tráfico, como grande estruturador de um estado de violência, e aos delitos comuns, que tanto assolam as cidades. Segundo Francisco Filho (2004), crianças que assaltam nos sinais são apenas uma pequena amostra dessa estrutura; estão em busca de dinheiro que possa sustentar seu vício, induzido cada vez mais cedo. Criminosos mais violentos promovem assaltos em busca de recursos que possam sustentar a compra de armas e drogas no atacado. Roubo de veículos, sequestros, extorsões, tudo se liga, de uma forma sutil ou ostensiva à manutenção da estrutura do tráfico, o grande gerador de recursos e da violência.

A violência urbana, continua o autor, não surge como uma estrutura organizada, com um espaço próprio dentro da estrutura urbana, mas se desenvolve em todos os seus estratos como uma forma humana de resolver os conflitos entre indivíduos e grupos (FRANCISCO FILHO, 2004).

Junto a uma "violência organizada" (em analogia ao "crime organizado"), existe ainda a "violência a varejo" (MORAIS, 1981), que é aquela oriunda da pobreza extrema, de indivíduos desajustados socialmente que buscam na criminalidade uma forma de definir seu território. A própria mídia, na ânsia de ampliar e manter o consumo de produtos da nossa

sociedade capitalista, cria o mito de que só é cidadão quem consome determinados produtos. Diariamente a televisão, os jornais, as revistas e os outdoors bombardeiam cada cidadão com apelos para consumo, embutindo em sua mente a confusão entre participação social e consumismo. Esses apelos atingem a sociedade inteira (SANTOS, 2007). Cria-se um enorme conflito social, que pode lançar o indivíduo que não tem condições financeiras para consumir, por estar à margem do processo produtivo, na criminalidade.

Quando o sucesso econômico se torna busca incessante das pessoas, “a privação é frustrante e pode levar à tentativa de aquisição de bens, não importando por que meios” (FÉLIX, 1996, p.149). A prática criminal representaria uma resposta para a dissociação entre aspirações materiais e possibilidades reais de realização de boa parte da população. Também sobre esse aspecto, Morais (1981) expõe:

Não faz muito ouvíamos o depoimento de um ex-detento, a quem foi repetida a milenar pergunta: por que escolheu o caminho do crime? Este homem, que passou 15 anos preso, lá em suas palavras disse mais ou menos o seguinte: “Não sei o que é que se pode esperar de um rapazinho faminto de todo jeito, do estômago e da cabeça. Eu morava numa favela à beira de uma rodovia. Do outro lado da pista tinha tanto cartaz convidativo...eram moças bonitas, nomes de comidas em lata, fotografias de automóveis. A gente que não tem nada já se sente uma porcaria em cima da terra...quanto mais vendo aquilo tudo que existia pra quem tem dinheiro. Uma coisa eu te juro, moço, eu não nasci um monstro como tanta gente quer dar a entender! Compreende? Era fome na barriga e na cabeça, era fome de todo jeito, e não tinha saída! (MORAIS, 1981, p. 51).

É importante destacar também que não é apenas os menos abastados economicamente que praticam a violência, muito pelo contrário. Para Palheta da Silva (2004), a relação de poder e organização vêm da força dos atores,

Assim, a capacidade de cada ator social em produzir efeitos que modificam as formas de gestão ou que, de uma maneira ou de outra, possibilita alcançar seus interesses, depende, também, dessas formas de gestão entendida como formas de negociação estabelecidas entre os diferentes interesses dos atores envolvidos no território e o das práticas articuladas do exercício de poder. Os exercícios de poder são na verdade manifestações de reorganização de forças oriundas de diferentes atores sociais, que materializam suas ações dentro de um determinado território (SILVA, 2004, p.38).

As práticas de violência surgem, então, como norma social em todos os extratos da sociedade, não só naqueles que estão sob a pressão da exclusão, mas se desdobra em todas as dimensões. O Estado pratica a violência sob várias formas, seja através de seu aparelho repressor ou de ações que aprofundam cada vez mais o quadro de exclusão. A população pratica a violência, também, de várias formas, seja como autodefesa ou através de grupos

organizados que habitam a cidade. Segundo Santos (2002), a prática da violência se insere em uma rede de dominações de vários tipos – classe, gênero, etnia, etária, por categoria social, ou a violência simbólica - que resultam na fabricação de uma teia de exclusões, possivelmente sobrepostas.

Para combater tal violência, é importante entender, como destaca Brandão (2007), a importância que deve ter a relação entre Estado-sociedade, polícia-cidadãos. Essa proposição encontra grande ressonância no campo da segurança pública no Brasil, pois se compreende contemporaneamente que esta não se constitui como um insulamento burocrático, altamente refratário à participação dos cidadãos. Antes, deve tender a se converter em um espaço participativo, principalmente quando se consideram aquelas instituições sociais que podem contribuir para realização de uma fiscalização e de proposição de novas agendas para o setor.

A partir dessa análise, verifica-se que a dinâmica criminal e de violência deve ser entendida através de análises críticas e radicais (ir à raiz). Tais análises que dão suporte ao desenvolvimento da Geografia do Crime. Assim, o território passa a ser um tema fundamental na discussão geográfica sobre violência e criminalidade urbana, pois é nele em que as relações de poder se desenrolam, através do Estado, das instituições policiais, da sociedade civil e/ou dos grupos criminosos.

O conflito entre esses grupos contribui de maneira intensa com o avanço da violência e do crime.

2.5 VIOLÊNCIA E MODALIDADE DE CRIMES NO CONTEXTO SOCIAL

Dessa maneira, a territorialidade pode ser entendida como uma base de poder de um determinado grupo ou agente sobre uma determinada área, como “estratégia espacial” de controle dos recursos, das pessoas e da área. É importante destacar que entendemos que mesmo o território oficialmente institucionalizado pelo Estado, é um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais. Diante dessa realidade, parte-se da premissa de que a violência urbana tornou-se um problema essencialmente geográfico. Isso significa considerar não apenas os aspectos de localização e extensão do problema, mas os seus reflexos na própria interação da sociedade com o espaço, principalmente urbano.

Se for considerado que o novo imperialismo norte-americano, segundo Harvey, assentou-se na dicotomia presentes na lógica territorial e econômica do poder, verificamos a importância de analisar que as recentes democracias ainda enfrentam grandes obstáculos. Desta forma, o pleno exercício do poder e o uso do território remetem a ideia de participação

desse controle e compete à sociedade civil, que tem como objetivo ampliar a sua participação, aperfeiçoar as instâncias de decisão do Estado. Destaca-se que entender a produção do território, da violência e do poder é de fundamental importância para se compreender o território paraense.

Um Estado com dimensões elevadíssimas exige uma logística substancial e uma fiscalização forte, sem as quais não se tem uma exata visão das necessidades e das soluções para a prestação de um bom serviço de segurança pública, no combate ao crime, por exemplo.

Na Geografia brasileira, é encontrada uma crescente produção científica sobre a violência e crime urbano, porém ainda pequena em razão da magnitude do problema. Como as situações de violência e crimes são resultados de ações humanas em determinadas sociedades e em um dado território, o estudo geográfico se faz necessário. Tanto o poder quanto a violência não podem ser entendidos como processos a-espaciais, eles são produtos e produtores do território. Este, então, expressa, condiciona e é meio para a reprodução de tais fenômenos; que são, então, antes de tudo geográficos.

3 A GEOGRAFIA DA VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PARAUPEBAS

Neste capítulo apresentar-se-á uma breve análise do processo de formação e transformação de Parauapebas na região da qual este município faz parte, a região de Integração do Carajás, e, sobretudo as particularidades da geografia da violência no contexto de um município atingido pela atividade mineral no estado do Pará. Esse procedimento consistiu na análise dos processos e dos fatos que ocorreram ao longo do tempo de análise (2013 e 2015), e, de seus rebatimentos no espaço geográfico de Parauapebas. Isso nos permitiu uma melhor contextualização empírica da problemática de pesquisa, assim como nos possibilitou arrolar elementos presentes na formação socioespacial regional que ajudaram a compreender as atuais relações de poder presente em Parauapebas, no que diz respeito principalmente a criminalidade.

Além disso, realizou-se uma análise de dados secundários para entender melhor a dinâmica do município estudado, bem como a relação de poder construída através da interação entre arrecadação de impostos municipais e criminalidade. Nesse sentido, Silva, Reis e Palheta da Silva destacam:

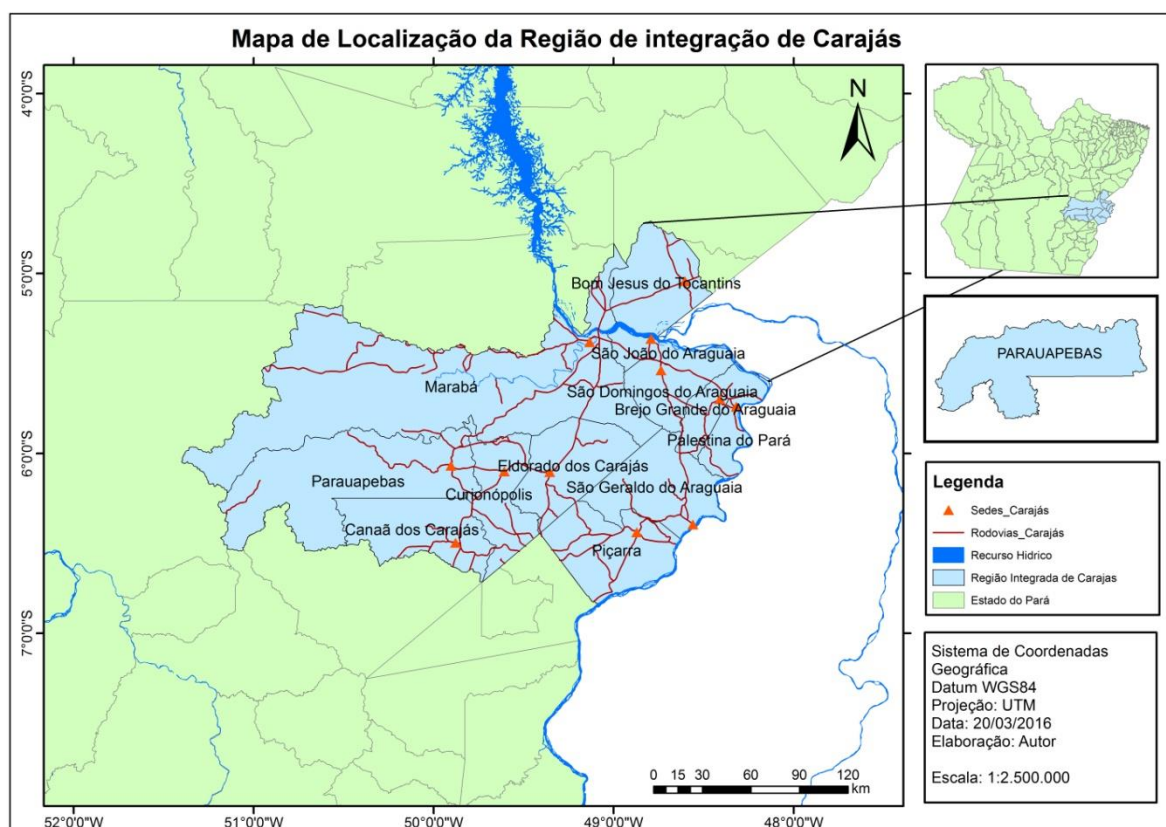
As relações sociais em municípios-sede de atividades de mineração (indústria associada à grande empresa, e artesanal relativa à atividade de garimpo) no território paraense foram desencadeadas ao longo da história desse espaço. Esse processo necessita de compreensão, a partir do contexto de articulação entre diferentes atores sociais, identificados em escalas diversas. Esse entendimento é importante para a compreensão das conexões estabelecidas entre o local (município) e os agentes situados nas escalas estaduais, regionais, nacionais e internacionais (SILVA; REIS; SILVA, 2015, p. 2).

Assim, nesse capítulo procurou-se evidenciar os processos socioeconômicos que são hegemônicos no município e que estão ligados diretamente a abertura da fronteira econômica da Amazônia oriental, com os grandes projetos mineradores na década de 1980, possibilitando a conexão de forma mais intensa da Região de Carajás ao desenvolvimento da mineração em larga escala, ou seja, a internacional, que ajudaram a transformar as dinâmicas econômicas e produziram novas territorialidades e seus impactos sociais diferenciados nos municípios mineradores, dentre eles o aumento da violência urbana em núcleos regionais, como destaca-se na cidade de Parauapebas, localizado dentro da Região de Integração de Carajás, no sudeste paraense.

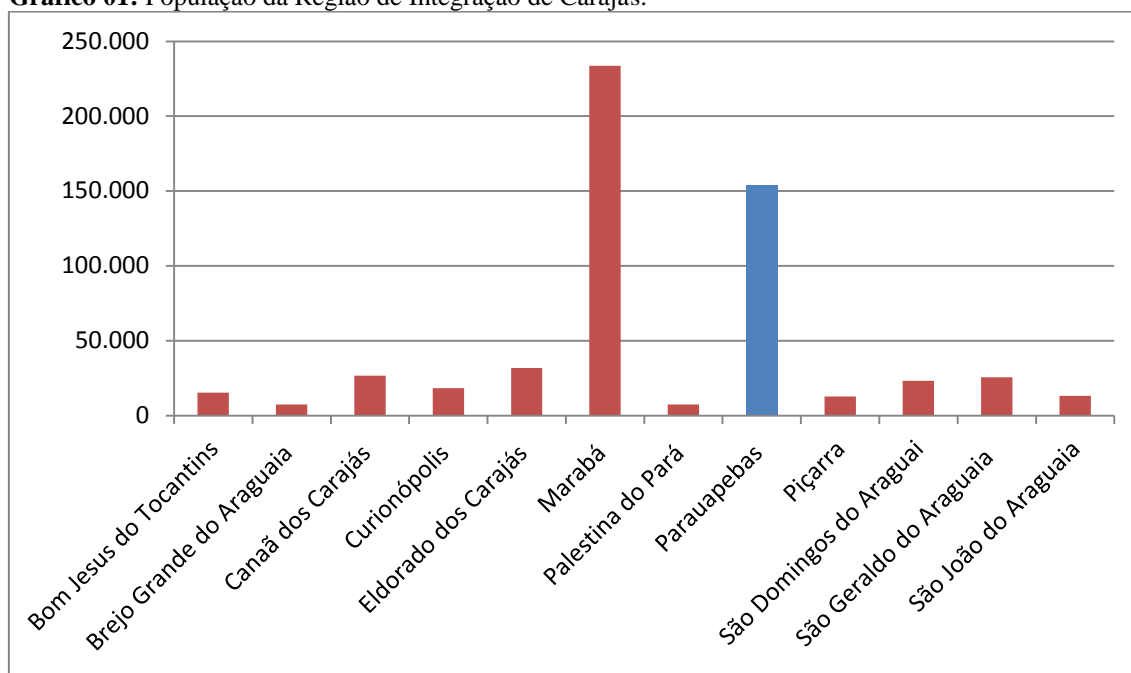
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO SOCIOECONÔMICO: A REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DE CARAJÁS

O município de Parauapebas foi fundado em 1988, desmembrado do município de Marabá. O município surgiu em função direta da exploração do minério de ferro nas minas de Carajás, pela então companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje denominada apenas de Vale. O Município está localizado na Região de Integração do Carajás (RIC), que é composta por 12 municípios. São eles: Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia (PARÁ, 2014a), conforme observa-se na (Figura 01).

Figura 01: Mapa de Localização do Município de Parauapebas na Região de Integração do Carajás



Essa RIC é uma das áreas mais densamente povoadas do Estado do Pará, sendo que Marabá assume o papel de cidade polo com cerca de 233.669 habitantes, sendo Parauapebas o segundo município em número de população da Região, conforme observado no gráfico 01.

Gráfico 01: População da Região de Integração de Carajás.

Fonte: IBGE/CENSO, 2010.

O processo de povoamento e ocupação dessa região é bastante antigo e remete ao processo de colonização a partir da bacia hidrográfica do Rio Tocantins, ainda no período colonial.

Nesse sentido, o povoamento e a colonização do sudeste paraense, onde fica localizada a R.I. de Carajás, foi se desenvolvendo a partir, principalmente, do *boom* da borracha na região. Esse processo levou ao crescimento econômico e demográfico das principais cidades da Amazônia, como Belém e Manaus, demandando também a expansão da produção agrícola e da pecuária (VELHO, 1972).

É nesse contexto que a frente pastoril proveniente do Maranhão e do norte de Goiás, que subia o Rio Tocantins, atingiu o sudeste paraense, instalando a colônia agrícola Itacayuna (Burgo do Itacayuna), em 1895, localizada a 8 quilômetros da foz do Rio Itacaiúnas (EMMI, 1999).

A criação de tal Burgo teve como consequência o início do povoamento no sudeste paraense, uma vez que se estabeleceram famílias, casas e, aos poucos, desenvolveram-se povoados à margem esquerda do Rio Tocantins, o que atraiu e gerou conflitos com os índios que habitavam as matas próximas e que trabalhavam principalmente como “carregadores de castanha” (EMMI, 1999).

Com a crise da borracha, que teve seu ápice na década de 1920, a Amazônia e, principalmente, seus núcleos urbanos passaram por um processo de estagnação e até mesmo decréscimo. Isso porque ocorreu uma intensa emigração da população que habitava a região

devido às dificuldades proporcionadas pela crise (EMMI, 1999; VELHO, 1972).

A partir de 1960, com a política de integração da Amazônia ao capital nacional e internacional, a Amazônia passa a ser uma região importante dentro dos projetos de desenvolvimento nacional. Nesse período, adota-se definitivamente no Brasil um projeto desenvolvimentista baseado na modernização, industrialização e urbanização do País (SANTOS, 2007).

A proposta era incentivar a implantação de novas indústrias e infraestruturas no País. Nesse contexto, para o mundo e para o Brasil, a Amazônia aparece como fronteira do capital, onde os interesses dos grupos hegemônicos internacionais e nacionais encontrariam facilidades para a sua realização. Em parte do sudeste paraense, foi retirada a mata densa, considerada a principal barreira para o avanço da população e de alguns empreendimentos, como o da indústria de mineração, e construídas, principalmente, estradas que ligavam a Amazônia ao restante do País (BECKER, 1990).

Na Amazônia, a importância dos seus recursos foi redimensionada, da floresta como matéria-prima extrativista para incluir também o uso do subsolo, do potencial hidrelétrico e da terra (CORRÊA, 1987). Envolvido diretamente com as dinâmicas e processos desse contexto, Carajás foi a Região de Integração do Pará que apresentou maior crescimento populacional no período entre 2000 e 2010, com taxa de crescimento geométrica de 3,58%. Esse crescimento se deu principalmente em relação à população urbana, que representa 75,01% de sua população total, conforme podemos observar na tabela 1 (PARÁ, 2014a).

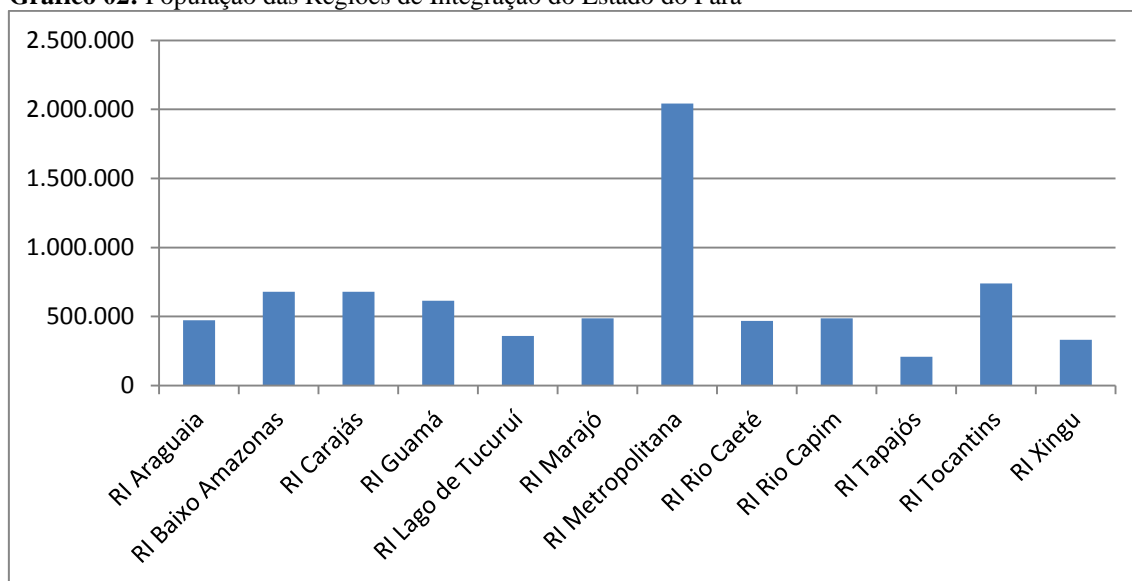
Tabela 01: População por Sexo e por Situação do Domicílio –2010

Estado/RI	População Residente	Distribuição Percentual (%)				Taxa Geométrica de Crescimento média Anual
		Situação do domicílio		Sexo		
		Urbana	Rural	Homem	Mulher	
Pará	7581051	68,48	31,52	50,41	49,59	2,04
RI Araguaia	472.933	63,42	36,58	47,61	52,39	3,42
RI Baixo Amazonas	678.542	60,06	39,94	50,68	49,32	1,21
RI Carajás	678.542	75,01	24,99	51,11	48,89	3,58
RI Guamá	613.790	61,88	38,12	50,68	49,32	1,94
RI Lago de Tucuruí	359.332	68,09	31,91	51,35	48,65	2,79
RI Marajó	487.010,00	43,42	56,58	51,86	48,14	2,53
RI Metropolitana	2.042.417	97,62	2,38	47,69	52,31	1,30
RI Rio Caeté	469.484	53,76	46,24	51,25	48,75	1,65
RI Rio Capim	487.010	54,1	45,9	51,47	48,53	2,41
RI Tapajós	209.531	56,06	43,94	52,28	47,72	0,57
RI Tocantins	740.045	47,2	52,8	51,45	48,55	2,82

Fonte: IBGE, Censo (2010).

Atualmente, Carajás é a segunda região com maior população urbana do estado, com 508.906 pessoas habitando áreas urbanas. Destaca-se que os municípios que mais obtiveram incremento populacional entre 2000-2010 foram Canaã dos Carajás e Parauapebas, municípios que por sua vez apresentaram o maior crescimento urbano do estado na última década (PARÁ, 2014a).

Gráfico 02: População das Regiões de Integração do Estado do Pará



Fonte: IBGE, 2010.

Outro aspecto relevante para entender a formação socioespacial de Carajás é a migração e os projetos minerais ali desenvolvidos, principalmente o Projeto Grande Carajás. Pode-se dizer que a R.I. de Carajás recebe fluxo migratório desde a década de 1970, quando foi inserido tal projeto nessa região. Apesar da descoberta das jazidas de minério de ferro de Carajás datarem do início dos anos 1960, foi somente duas décadas depois que a atividade de mineração ganhou destaque na região. Nesse sentido, o governo implantou, como uma de suas prioridades, o Projeto Grande Carajás (PGC) (BECKER, 1990).

A R.I. de Carajás se destaca, do ponto de vista econômico, no conjunto do Estado. Seu PIB, no ano de 2010, foi de R\$ 21.945.681,00. Tal valor representa 28,19% do total do PIB do Estado do Pará (R\$ 77.847.597,00) para o mesmo ano. Dentre o conjunto de municípios que integram a R.I. Carajás, destacam-se Parauapebas, Marabá e Canaã dos Carajás, municípios que figuraram entre os 10 maiores PIB's paraenses em 2010 (IBGE, 2010).

O VA do PIB da maioria dos municípios está concentrado no setor de serviços (com exceção de Parauapebas e Canaã dos Carajás, que apresentaram um valor de VA do PIB maior no setor industrial), muito embora o setor industrial e o setor da agropecuária também

apresentem um grande dinamismo.

É importante voltar a frisar a existência, nesta R.I, da rica província mineral de Carajás (ferro, manganês, cobre, níquel e ouro), elemento que impulsiona a sua economia. Sobre as atividades comerciais e os serviços existentes, de uma forma geral, podem-se destacar, tendo por base os dados da Secretaria do Estado da Fazenda (SEFA) e do IBGE (Cadastro Central de Empresas) referentes ao ano de 2010, as seguintes atividades: comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios (supermercados, minimercados, mercearias e armazéns); comércio varejista de móveis; comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; comércio varejista de medicamentos veterinários; comércio varejista de materiais de construção em geral; comércio atacadista de produtos de extração mineral; comércio varejista de automóveis, camionetas e utilitários novos; comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; distribuição de energia elétrica; serviços de telecomunicações (principalmente telefonia móvel e fixa); transporte rodoviário de carga; comunicação; transporte fluvial (navegação inferior de carga e navegação datraversia intermunicipal); lojas de departamento e magazines; alojamento e alimentação; educação; administração pública etc (IBGE, 2010; PARÁ, 2014a).

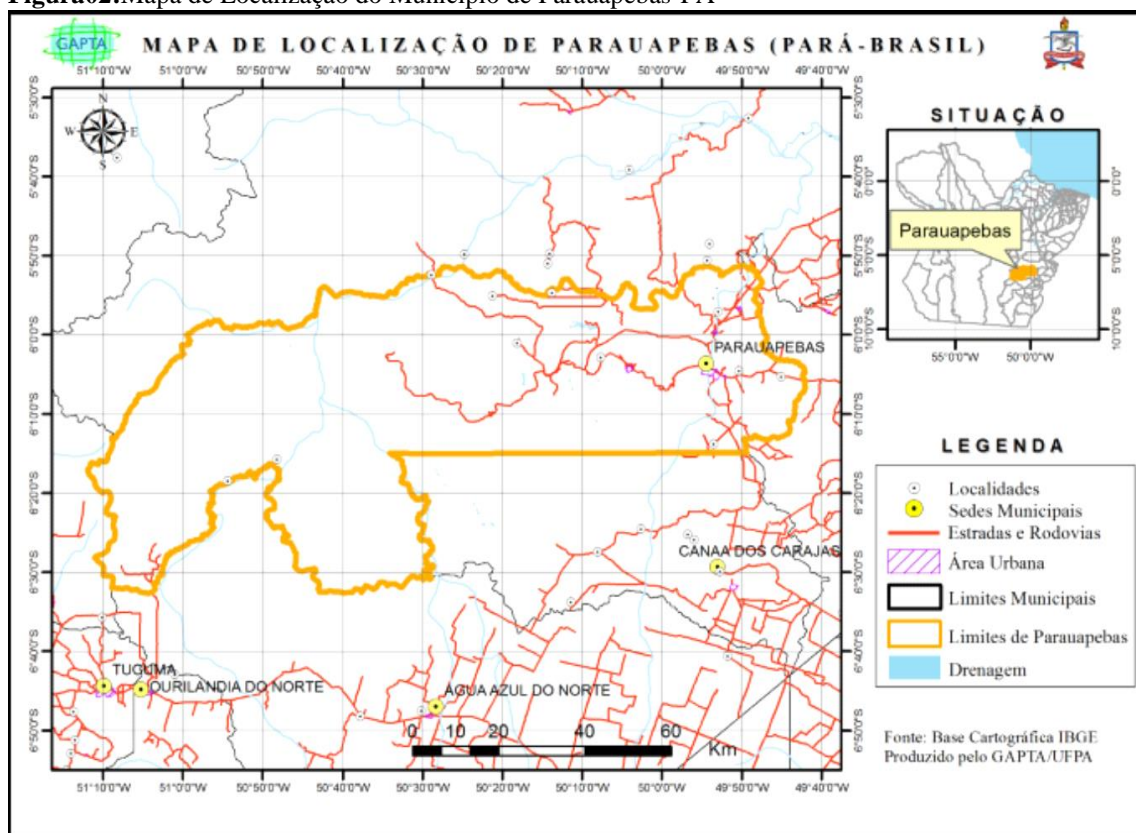
Os produtos agropecuários de maior destaque e as principais atividades ligadas a este setor, na R.I. de Carajás, são: o cultivo de arroz, de abacaxi, de milho, do coco, da banana, da mandioca, de mamão, de cacau, da castanha-do-Pará; a extração de lenha, de madeira e de carvão vegetal; e a criação de bovinos (com grande destaque para Marabá, o maior produtor na R.I.) e aves (IBGE, 2010; PARÁ, 2014a). Cabe frisar, que em relação a Parauapebas, esse setor se apresenta de maneira tímida.

3.2 O PROCESSO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS

O município de Parauapebas tem uma área de 7.007,737 km² e faz limite fronteiro com os seguintes municípios do Estado do Pará: Marabá ao norte; Curionópolis a leste; Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte ao sul; e São Félix do Xingu a oeste. O núcleo urbano de Parauapebas, onde foi implantada a sede do município, está situado no curso médio e à margem direita do Rio Parauapebas, estando próximo a uma das maiores províncias minerais brasileira situada na Serra dos Carajás. A distância até Belém é de cerca de 660 quilômetros

(Figura 02).

Figura02:Mapa de Localização do Município de Parauapebas-PA



Fonte: IBGE, 2010.

Elaboração: GAPTA/UFPA

A construção da PA-275 e do núcleo urbano de Carajás, a partir dos anos 1970, está na origem de Parauapebas. O município surgiu como um povoado que se formou em terras do município de Marabá - ao pé da Serra dos Carajás, no curso médio do rio Parauapebas - em função da descoberta de jazidas de minério de ferro, no final da década de 1960 (PARÁ, 2014b).

Nesse período, foi formada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e instalada na região a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa de origem estatal. Esses agentes eram pilares de uma nova política econômica desenvolvida para a Amazônia. Tal política incentivava a instalação de grandes empresas agropecuárias e de grandes projetos mineradores e foi fortemente concentradora de terras. Com vistas a desenvolver economicamente a região e integrá-la ao mercado, o Estado concedeu incentivos fiscais e empréstimos, construiu infraestruturas e facilitou a privatização das terras e a entrada da lógica do capital na Amazônia (COSTA, 2012b; OLIVEIRA, 1990).

Segundo Oliveira (1990), a história da Amazônia a partir do processo de colonização

tem um elo comum: a sanha com que os grupos econômicos se apoderam das suas riquezas naturais. A extração das drogas do sertão, perpassando com a exploração da borracha, em fins do século passado e começo deste, são apenas um início desta rapina, enquanto o Projeto Carajás é a versão atual.

Na Amazônia, os grandes projetos, que ainda chegam, vêm se apropriando de tudo, exportando tudo. A exportação e a exploração econômica de novas regiões fascinaram a burguesia nacional que soldou sua aliança com grande monopólio capitalista internacional. Isso abriu caminho para que na década de 1960, 1970 e 1980 santificassem as estatais voltadas para os setores de exportação mineral. Esse processo tem como resultado a exploração desenfreada dos recursos naturais, minerais, florestais, dos solos, do suor dos trabalhadores e das nações indígenas (OLIVEIRA, 1990).

A exploração dos recursos minerais é, sem dúvida, a grande meta do capital internacional na Região Amazônica. Ele tem procurado se apoderar dele, de modo a garantir os chamados suprimentos estratégicos para o desenvolvimento das nações capitalistas com maior poder político-econômico mundial. Assim, surge o Programa Grande Carajás. Essa empresa, que surge e aparece para a nação como estatal, foi praticamente um elo entre o Estado e o processo de instalação das multinacionais no país, cumprindo à risca o processo de entrega dos recursos naturais brasileiros e regionais para os mais poderosos países. Sua estratégia foi a de se associar com multinacionais nos grandes projetos, no modo a passar para o país um “ar de nacional” aos empreendimentos que na verdade visavam atender as necessidades dos países industrializados (OLIVEIRA, 1990).

O Programa Grande Carajás, possibilitou um regime especial de incentivos para grandes empreendimentos na região, como a criação da ferrovia e do corredor de exportação de Carajás, a exploração mineral da Serra do Carajás, a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e outras atividades econômicas (agricultura, pesca, pecuária e agroindústria) consideradas importantes para o dinamismo econômico da região (BRASIL, 1980).

A atividade mineradora tem sido um dos principais atrativos populacionais, responsável pela formação de novas cidades que crescem em função da extração mineral, como foi o caso de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Eldorado dos Carajás e Curionópolis (PARÁ, 2014a). Parauapebas é a segunda cidade mais populosa com 153.908 pessoas, ficando atrás apenas de Marabá com 233.669 pessoas, e que apresenta a maior taxa de urbanização da R.I. (90,11%).

A região do vale do Rio Parauapebas, antes pouco habitada, deu lugar à construção de um núcleo urbano para abrigar os trabalhadores das empreiteiras que dariam apoio ao

Programa Grande Carajás (PGC) e suas famílias, bem como às subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além de servir de ponto de apoio às pessoas que chegavam para ajudar na instalação de outros empreendimentos. Parauapebas foi, então, constituída ainda na década de 1980 como um pequeno núcleo que gravitava no entorno de Marabá (PARÁ, 2014b).

Sua origem tem relação direta com as implantações de “*companytowns*” na Amazônia a partir do desenvolvimento de grandes projetos, principalmente no final da década de 1960 a década de 1980. Assim, a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) construiu um núcleo urbano no alto da Serra de Carajás, para dar apoio a mina de exploração e ser um centro de apoio para Marabá. A construção da Vila de Parauapebas, somado as obras de engenharia da Mina, provocou grande fluxo de migrantes para o local, expandindo tal núcleo e originando a atual cidade (PARÁ, 2014b).

A construção da Vila durou cerca de um ano e meio. Em 1988, Parauapebas tornou-se município, desmembrando sua área territorial do Município de Marabá, através da Lei nº 5.443, de 10 de maio. Esta Lei estabelecia que o município de Parauapebas, enquanto não possuísse legislação própria, integraria a Comarca Judiciária de Marabá, juntamente com Brejo Grande do Araguaia, e seria regido pelos atos e regulamentos de Marabá. A instalação do Município ocorreu no dia 1º de janeiro de 1989 (PARÁ, 2014b).

É em Parauapebas que está localizada a maior província mineral do mundo, Carajás, com acesso pela Rodovia PA 275. “A atividade mineradora de ferro, ouro e manganês é a mais forte da economia do município, motivo pelo qual há uma grande execução de projetos e obras de estruturação, além de uma atividade migratória intensa, considerada a maior do Estado” (PARÁ, 2014b, p. 06). Além disso, Parauapebas é um polo de oferta de serviços do entorno da Região, dinâmica que tem que ser aproveitada para estruturação de políticas focadas no desenvolvimento local (PARÁ, 2014b).

Dessa maneira, Parauapebas se inscreve no contexto de uma região cuja base econômica, ainda hoje, é a exploração direta dos recursos naturais. O Programa Grande Carajás foi instalado para produzir divisas, principalmente quando a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), então sociedade pública, assumiu o controle majoritário deste complexo, em 1979. Desde então, acumula os recordes de produção e de rentabilidade, sobretudo após a sua privatização, em 1997, sendo atualmente a segunda maior empresa mundial de exploração de minérios (THÉRY; THÉRY, 2009).

É importante destacar que a partir da abertura da fronteira econômica regional, essa cidade se tornou representativa das dinâmicas que se rebatiam na sub-região do sudeste

paraense, que visavam principalmente a sua exploração econômica. Com o crescente incentivo à mineração e à agropecuária e com a construção de infraestruturas na região, Parauapebas vem servindo historicamente de apoio para o desenvolvimento dos principais projetos que tem no aprofundamento da exploração econômica da região seu fundamento central; processos que levaram a novas conexões entre o local, a região e as lógicas globais.

Salienta-se que não é só o minério de ferro que é extraído dessas jazidas. Théry e Théry (2009), frisam sobre a Serra do Carajás:

As suas reservas são estimadas em mais de 200 anos, nos atuais ritmos de produção. Atualmente, a exploração mineral na região não se concentra exclusivamente na produção de ferro. A produção de cobre, bauxita e alumínio se desenvolveu com a abertura de novas minas, a partir de 2000. Além disso, a Vale (seu novo nome) faz grandes investimentos em logística (vias férreas e portos) e outros setores (THÉRY; THÉRY, 2009, p. 75).

O projeto de integração promovido pelos governos militares (anos 70) e a descoberta de ouro na região (anos 80) produziram um grande fluxo migratório, que pôs a questão da ocupação da terra no centro dos conflitos sociais. A estrutura fundiária não abre perspectiva de acesso à terra para a maioria dos trabalhadores do campo. Está é a lei econômica do capitalismo, o trabalhador deve ser livre para trabalhar para o capital, mas não para trabalhar para si próprio (OLIVEIRA, 1990). Durante muito tempo o sudeste paraense foi conhecido nacionalmente por seus intensos conflitos agrários, o que ainda é preocupante e marcante até hoje. Porém, atualmente, a violência extrapola o campo e invade as cidades, principalmente aquelas que vêm crescendo de maneira acelerada.

A expansão urbana e a evolução demográfica de Parauapebas acompanham os condicionantes econômicos do ciclo de exploração mineral. No período recente, é relevante frisar a relativa desmobilização do formato “*companytowns*” pela Vale da Vila de Parauapebas. Isso porque esse modelo vem sofrendo várias críticas pelo seu caráter segregador (população de dentro da vila versus população que reside as margens desta) e de opressão das relações sociais ali desenvolvida, além dos grandes custos que as empresas tem que arcar para a manutenção dessas vilas (PARAUPEBAS, 2012).

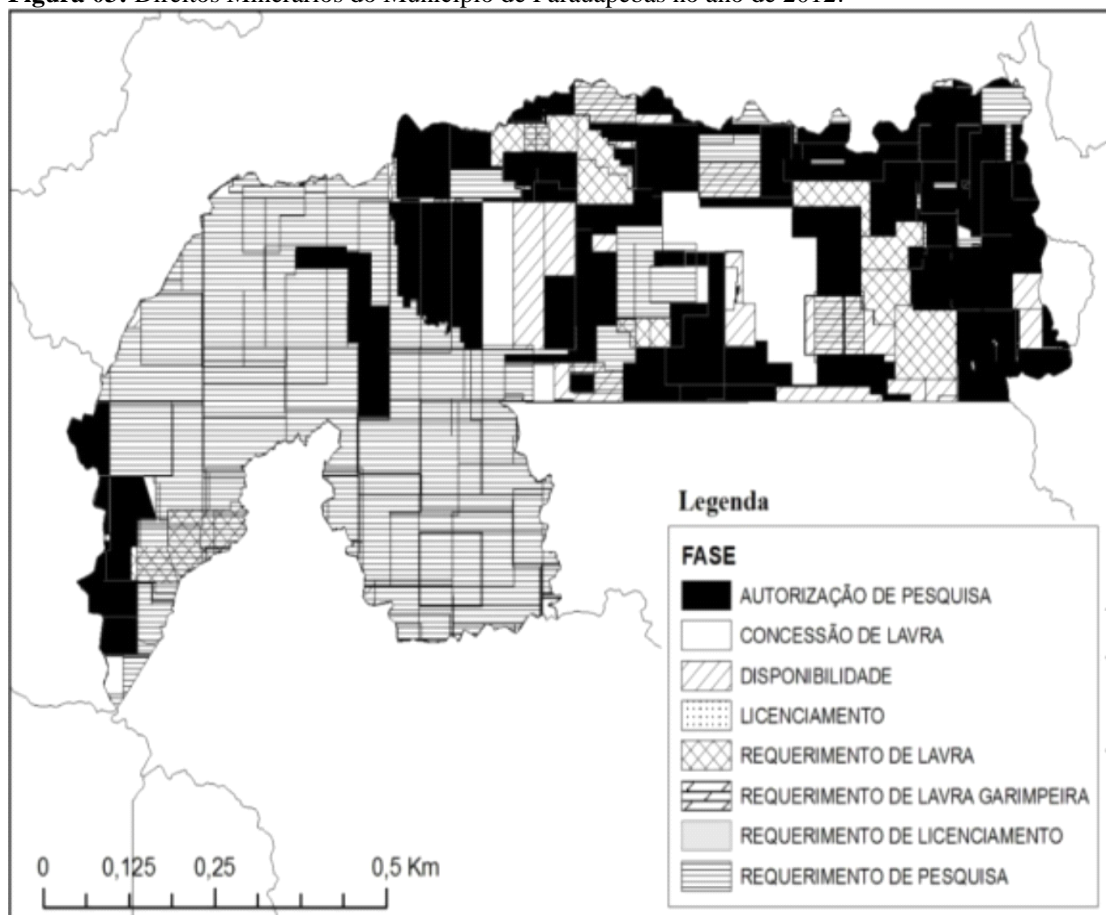
Assim, os interesses de acumulação de capital daquela empresa, as críticas sofridas por conta desse modelo de ocupação e a pressão migratória estimulada pela Estrada de Ferro Carajás, tornam-se fatores impeditivos para a manutenção do formato isolado do núcleo urbano organizado versus núcleo urbano desestruturado. Com isso, a responsabilidade da vila vem sendo transferida progressivamente para o município, o que fez com que aumentasse os maiores aportes de recursos fiscais e extra fiscais recebidos pela municipalidade de

Parauapebas (PARAUAPEBAS, 2012).

É perceptível que as empresas ligadas a atividade minero-metalúrgica induziram a formação e o crescimento desse núcleo urbano, modificando as relações existentes. Tais relações sócio territoriais que se apresentam em constante transformação, principalmente em cidades ligadas diretamente ao mercado internacional. Tais cidades ficam mais vulneráveis as mudanças e às crises econômicas globais. A maior facilidade de conexão com o mundo e com o restante do país traz benefícios, mas também malefícios, visto o uso dessas infraestruturas por quadrilhas de entorpecentes, tráfico humano, armas, entre outras atividades ilegais.

Visando a cobiça dos recursos naturais do município, a exploração mineral é intensa, bem como um avanço de aberturas de novas lavras (Figura 3).

Figura 03: Direitos Minerários do Município de Parauapebas no ano de 2012.



Fonte: Palheta da Silva (2013), baseado em DNPM (2012).

Foi possível identificar, por meio da figura 03 que a maioria do território de Parauapebas está com autorização de pesquisa mineral e requerimento de pesquisa mineral; demonstrando o forte poder dessa atividade no município.

Além disso, na década de 1990 e 2000, em Parauapebas houve uma conformação de novos bairros muito rapidamente, expandindo o gradiente citadino e ocasionando, do mesmo

modo, grande especulação do solo urbano, bairros com precárias infraestruturas e com aumento da demanda sobre os serviços públicos. Ademais, os investimentos, o movimento do capital e da arrecadação de impostos também aumentaram e são intensos no município (PARÁ, 2014b).

Parauapebas está no fim da Rodovia PA-275, na entrada da Floresta Nacional de Carajás, onde fica a província mineral sob concessão da Vale. Ponto de partida da Estrada de Ferro Carajás, o município é percorrido por 48,2 quilômetros de trilhos e abriga uma estação a 8 quilômetros do centro urbano. A rodovia cruza toda a cidade, situada às margens do Rio Parauapebas. Outros eixos de ocupação são a PA-160, o Igarapé Ilha do Coco, as ruas paralelas à PA-275 e a Avenida Brasília, que dá acesso à estação do trem. A zona urbana cresce principalmente ao longo da avenida e das duas estradas.

Entende-se que o rápido crescimento urbano de Parauapebas se torna preocupante quando a expansão urbana ocorre sem a devida implementação de infraestrutura urbana, levando ao surgimento de áreas precárias e periféricas, tornando-se um desafio a ser vencido para a gestão dessa cidade. Além disso, esse grande crescimento demográfico sem o acompanhamento de políticas de inclusão, emprego, educação, saúde, segurança e distribuição de renda pode levar também ao aumento da violência.

3.3 A DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO MINERADOR DE PARAUPEBAS

No que diz respeito ao aspecto demográfico, a evolução populacional do município é impressionante, superando as taxas estaduais e nacionais. Segundo dados dos últimos censos, em Parauapebas a população total aumentou de 53.335 habitantes, em 1991, para 71.568 habitantes, em 2000 e, posteriormente, para 153.908 habitantes, em 2010, ou seja, em 19 anos a população total do município quase triplicou.

Tabela 02: População urbana, rural e total do município de Parauapebas

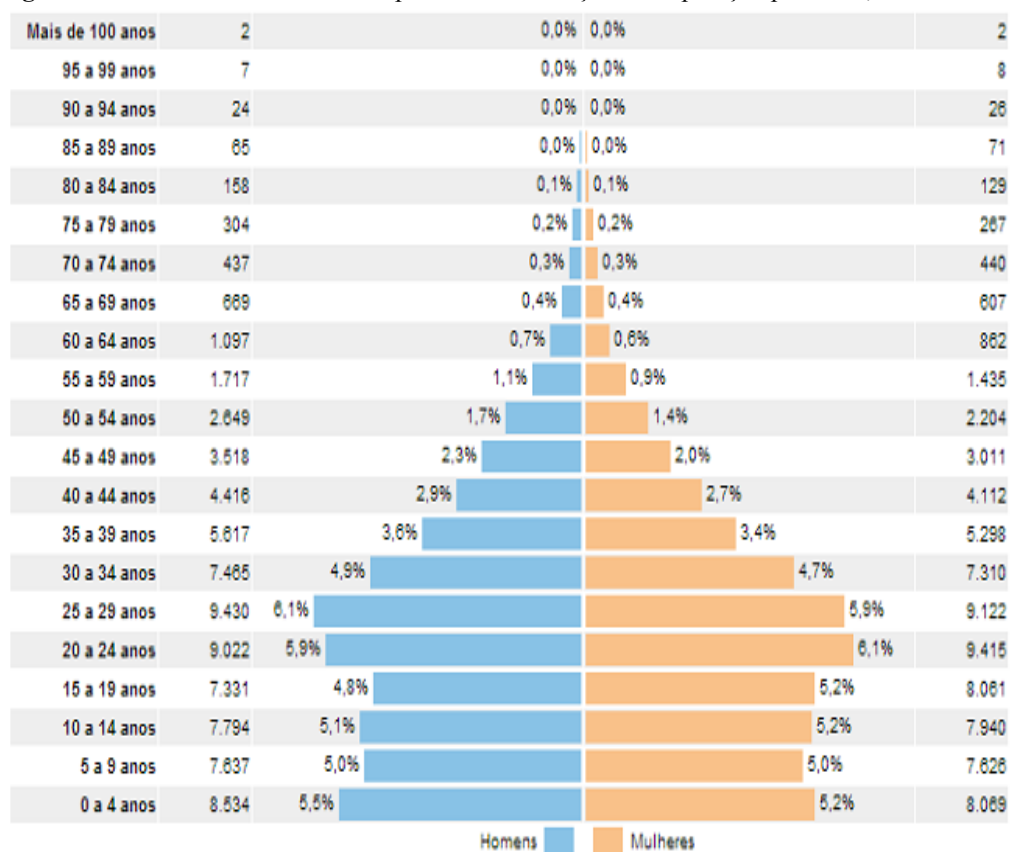
Demografia	Ano	População (número de habitantes)
População Urbana	1991	27.443
	2000	59.239
	2010	138.690
População Rural	1991	25.892
	2000	12.352
	2010	15.218
População Total	1991	53.335
	2000	71.568
	2010	153.908

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.
Elaboração: IDESP/SEPOF/FJP (2013).

Pode-se identificar também, através da análise da tabela 03, que a maioria da população desse município está concentrada na zona urbana, como na maioria dos municípios brasileiros. De 1991 a 2010, a população urbana de Parauapebas aumentou de 27.442 habitantes para 138.690 habitantes, ou seja, a população aumentou mais de 5 vezes. Quanto à população rural, o município contava com 25.892 habitantes em 1991, 12.352 habitantes em 2000, e 15.218 habitantes em 2010. Podemos identificar, então, o decréscimo populacional rural do município, em contrapartida com o *boom* demográfico presenciado na cidade.

Esse incremento populacional levou ao aumento da densidade demográfica, que passou em Parauapebas de 2,02 habitantes/Km² em 1991, para 10,16 habitantes/Km² em 2000, para 22,12 habitantes/Km² em 2010 (IBGE, 2010). Esse *boom* populacional, como já identificamos, deu-se principalmente por conta da atividade mineradora desenvolvida no município. A notícia de implantação de uma grande empresa, de melhorias infraestruturais e a possibilidade de aumento na oferta de trabalho atraiu um contingente populacional relevante para Parauapebas. Destaca-se, nesse período, uma forte valorização/especulação imobiliária, levando a um processo de reafirmação e surgimento de alguns bairros nobres na cidade juntamente com a difusão de áreas de ocupação e de bairros periféricos, ambos apresentam uma precariedade de infraestrutura e de serviços públicos.

Os dados demográficos permitem visualizar o comportamento na faixa referente à População Economicamente Ativa (entre 10 e 64 anos) que estão potencialmente no mercado de trabalho. Considerando os dados da Sinopse oferecida pelo IBGE (2010) observa-se que 77,1% dos homens (60.056) e 77,3% das mulheres (58.770) encontram-se nesta faixa, o que representa um importante fator a ser observado para desenvolvimento de políticas públicas de desenvolvimento local. Há uma crescente preocupação com o mercado de trabalho e absorção dessa mão de obra no município. Visto que esse pode ser um fator potencializador de distúrbios e violência no município.

Figura 04: Pirâmide Etária de Parauapebas – Distribuição da População por Sexo, 2010

Fonte: IBGE (2010).

Considerando a classificação entre jovens (até 24 anos), adultos (de 24 anos até 59 anos) e idosos (acima de 60 anos), os resultados mostram um forte componente de dinâmica do mercado de trabalho. Nota-se a presença da população adulta no município de forma muito expressiva, representando 55,71%, da população total.

Parauapebas em 2010 dispunha em sua área urbana de 25 bairros oficiais, mais algumas áreas de ocupação. A análise da evolução dos números de domicílios particulares permanentes nos possibilita uma aproximação maior em relação ao intenso processo de urbanização do município. Nos últimos dez anos, conforme os respectivos Censos, enquanto no Pará o número de domicílios cresceu 42,02%, em Parauapebas a expansão foi de 160%.

Tabela 03: Números de domicílios particulares permanentes por situação - Parauapebas e Pará (2000 e 2010)

Situação do Domicílio		Pará	Parauapebas
Urbana	2000	908.974	13.779
	2010	1.320.605	38.894
Rural	2000	400.059	2.653
	2010	538.560	3.832
Urbana (%)	2000	69,44	83,85
	2010	71,03	91,03
Rural (%)	2000	30,56	16,15
	2010	28,9	8,97

Fonte: IBGE (2010).

Em 2000, o IBGE registrou em Parauapebas 16.432 domicílios permanentes. Em 2010 foram recenseados 42.726 domicílios, sendo que 91,03% dos mesmos em área urbana. Em geral a expansão das cidades compreendem três vetores fundamentais: i) a expansão das áreas de moradia popular que envolve, principalmente, as áreas urbanas com menor infraestrutura e, em grande medida, mais distanciadas do centro citadino; ii) as áreas de moradia das classes sociais desiguais, de maior renda e de menor renda; estas últimas em grande medida estabelecidas como enclaves residenciais nas proximidades das áreas de maior infraestrutura urbana e, finalmente; iii) as áreas destinadas aos diversos processos econômicos: produção industrial, comercial e serviço.

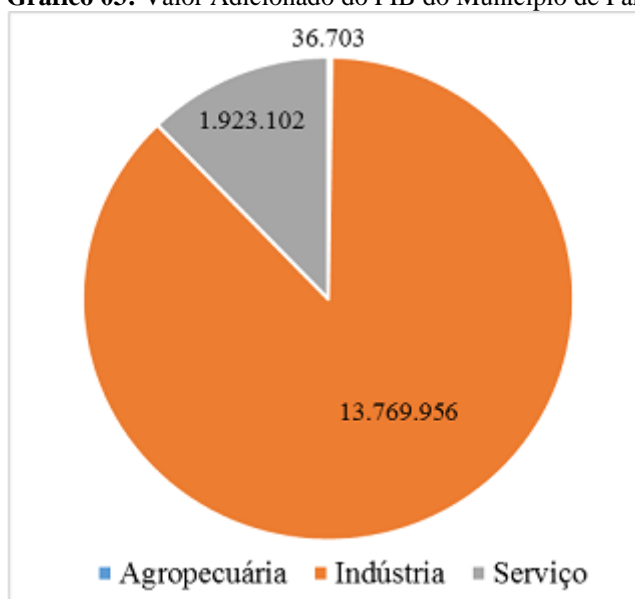
Foi a dinâmica econômica presenciada e difundida pela mídia e por outros meios de comunicação entre as pessoas que fez com que se aumentasse a população do município. No *ranking* dos maiores PIB's do Estado do Pará, Parauapebas se destaca, estando em segundo lugar, atrás somente da capital, Belém (tabela 04).

Tabela 04: *Ranking* dos 10 maiores PIB's do Estado do Pará - 2010

Município	Produto Interno Bruto a preços correntes (Mil Reais)
Belém	17.998.495
Parauapebas	15.947.709
Ananindeua	3.672.050
Marabá	3.562.534
Barcarena	3.550.393
Tucuruí	2.817.234
Santarém	2.054.408
Canaã dos Carajás	1.563.173
Castanhal	1.450.441
Paragominas	1.237.012

Fonte: IBGE (2010).

Em relação ao PIB, é importante destacar que a produção dos bens e serviços se organiza por setores econômicos: agropecuária, indústria e serviços, bem como a soma das receitas de vendas menos o custo de produção de cada empresa operante nesses setores forma o Valor Adicionado, visualizado no gráfico 03.

Gráfico 03: Valor Adicionado do PIB do Município de Parauapebas no ano de 2010 / mil reais.

Fonte: IBGE(2010).

Ao analisar o gráfico 03, pode-se perceber que diferente da maioria dos municípios brasileiros que possuem sua economia assentada nos serviços, o que impulsiona o PIB de Parauapebas é o setor industrial, que em 2010 contribuía com 13.769.956 (87,54%) mil reais, seguido pelo setor de serviço, com 1.923.102 (12,23%) mil reais, e, em menor importância, o setor agropecuário, com 36.703 (0,23%) mil reais. Nesse sentido, o VA total dos municípios, para o referido ano, foi de R\$ 15.729.761.000, o que representa 20,21% do VA estadual, que foi de R\$ 77.847.597.000.

Essa pujança econômica de Parauapebas também teve reflexo no aumento das empresas sediadas no município, no pessoal ocupado e no salário médio, como podemos identificar na tabela 05.

Tabela 05: Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (2008-2013)

Informações	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Referência
Número de empresas atuantes	1.769	1.961	2.227	2.611	3.024	3.683	Unidades
Pessoal ocupado total	41.400	40.849	41.993	47.495	50.761	52.990	Pessoas
Pessoal ocupado assalariado	39.629	38.613	39.565	44.637	47.275	49.115	Pessoas
Salários e outras remunerações	595.206	786.691	1.056.790	1.107.713	1.533.451	1.661.044	Mil Reais
Salário médio mensal	2,8	3,9	4,1	3,7	3,6	3,6	Salários mínimos

Fonte: IBGE (2015).

Entre os anos de 2008 e 2013, identificamos, através da análise da tabela 05, que o número de empresas atuantes no município mais que dobrou, passando de 1.769 para 3.683 unidades. Em relação ao pessoal ocupado, esse também aumentou, mas em uma velocidade bem menor, passando de 41.400 para 52.990 indivíduos, sendo que a maioria dessa população é assalariada. Em 2013, o município apresentava 49.115 (92,7%) de assalariados.

Em termos de remuneração, o dinheiro que circulava no município aumentou consideravelmente, passando de 595.206 mil reais em 2008 para 1.661.044 mil reais em 2013, sendo a média do salário mensal de 3,6 salários mínimos neste ano.

Assim, percebe-se que o aumento no número de empresas não acompanha a necessidade de abertura de postos de trabalho para a população. Esta que vem aumento intensamente. Além disso, é sabido que o capitalismo ao longo das últimas décadas vem passando por um processo de transformação, com o avanço do regime de acumulação flexível. Esta apoia-se na flexibilidade dos mercados de trabalho, do próprio trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se por novos setores de produção, novos serviços financeiros, novos mercados, pela terceirização, sub-contratação, trabalho temporário, novas formas de exploração do trabalhador, perda de direitos trabalhistas e por inovações comerciais, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1996).

Desta forma, o setor de serviços vem ganhando cada vez mais destaque dentro do estoque de emprego presente no município, com o crescimento de emprego na construção civil, comércio e serviço (tabela 06). Essa é umas das características do novo regime de acumulação capitalista, o crescimento de empresas e de postos de trabalho ligados ao serviço, principalmente pela sua necessidade de terceirização de alguns setores empresariais, como limpeza, secretariado e até mesmo de algumas funções específicas, como controlador de máquinas pesadas, segurança do trabalho, entre outros. Esse processo visa baixar os custos da empresa com pessoal, levando uma pressão maior sobre o mercado de trabalho, pois a abertura de postos emprego vem acompanhada da precarização das condições de trabalho, maior pressão sobre o emprego e diminuição do salário e perda de direitos trabalhistas, já que o empregado temporário ou sub-contratado possui bem menos direitos do que o empregado efetivo ou contratado com carteira assinada. Existem em Parauapebas diversas empresas de prestação de serviços em geral e especializadas.

Tabela 06: Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 2000/2005/2010.

Setor de atividade	2000	2005	2010
Extrativa Mineral	1.025	2.398	7.005
Indústria de Transformação	341	579	2.885
Serviços Indústria Utilidade Pública	2	333	673
Construção Civil	1.086	2.999	8.187
Comércio	795	2.537	6.175
Serviços	3.846	3.402	8.696
Administração Pública	859	6.060	4.119
Agropecuária	40	226	290
TOTAL	7.994	18.534	38.030

Fonte: MTE/RAIS (2011)

Elaboração: IDESP/SEPOF

Com a análise da tabela 06, é possível identificar que a indústria extrativa mineral ainda é um setor de atividade que emprega bastante pessoas em Parauapebas. Entretanto, atualmente, alguns outros setores ligados ao serviço se destacam. A prestação de serviço e a construção civil, em 2010, foram os setores que mais empregaram em Parauapebas, com 8.696 e 8.187 postos, respectivamente. A indústria de mineração é o terceiro principal setor nesse quesito, com 7.005 postos, seguida pelo comércio com 6.175 postos de emprego. Todos os setores citados tiveram um grande crescimento entre os anos de 2005 a 2010, ao contrário do emprego gerado pela administração pública, que teve um enorme crescimento entre os anos de 2000 a 2005, indo de apenas 859 para 6.060 postos, e caindo posteriormente entre os anos de 2005 a 2010, passando de 6.060 para 4.119 postos de emprego; o que caracteriza uma perda de pessoal na administração pública recente. No total, o estoque de emprego saltou consideravelmente no município, passando de 7.994 para 38.030 postos, no período 2000-2010.

A essa perda de pessoal na administração pública não pode ser relacionada a receita disponível para o município, já que entre o período de 2008 a 2013 elas só aumentaram, sofrendo uma queda em 2014. Nesse sentido, é necessária uma análise dos principais impostos que geraram receitas ao município, para entender a relação paradoxal entre uma receita volumosa, diminuição do pessoal da administração pública e aumento da criminalidade.

Dentre esses impostos, destaca-se o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) ou royalties, a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Fundo de

Participação do Município (FPM), para o município de Parauapebas entre os anos de 2008 a 2014.

Tabela 07: Total em reais (R\$) de ICMS, CFEM, IPI e FPM do Município de Parauapebas, no período de 2008 a 2014.

Ano	Impostos e contribuições			
	CFEM	ICMS	FPM	IPI
2008	156.474.677.01	76.622.599.48	19.434.302.72	3.204.236.45
2009	165.744.836.88	87.828.773.53	36.245.596.41	2.517.718.37
2010	229.896.598.41	119.224.010.00	38.549.611.58	4.618.949.38
2011	371.088.416.69	147.771.422.51	46.222.186.36	5.043.435.45
2012	427.086.035.56	226.919.716.37	48.528.336.89	8.681.204.23
2013	700.520.912.78	298.011.161.26	51.758.749.28	10.128.444.68
2014	369.352.761.43	363.973.424.70	52.769.541.79	11.385.517.94

Fonte: SEFA (2015).

Os principais impostos e contribuições repassadas ao município de Parauapebas vêm aumentando durante o período de 2008 a 2014, exceto o IPI que reduziu de R\$ 3.204.236,45 para R\$ 2.517.718,37, entre os anos de 2008 e 2009 e também, mais significativamente, o CFEM, que caiu para quase a sua metade de 2013 para 2014, passando de R\$ 700.520.912,00 para R\$ 369.352.761,43. Este último causou certamente um abalo nas contas públicas do município.

Assim, afirma-se que Parauapebas no Pará, que abriga a maior operação de minério de ferro da Vale, a arrecadação de CFEM encolheu 47% em relação a 2013. Mesmo com o recorde de toneladas exportadas. Redução justificada pela queda nos preços da commodity de quase 50% no mercado mundial, já que a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) considera uma porcentagem de 2% sobre o faturamento líquido das empresas.

Porém, apesar desse forte abalo nas contas públicas, o município continua arrecadando um valor significativo em impostos. Em 2013, segundo o Anuário MultiCidades 2014 – Finanças dos Municípios do Brasil, elaborado com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), das 5.569 prefeituras que há no Brasil, a de Parauapebas é a de número 40 em receita total. Só perde para a prefeitura das capitais das regiões Sudeste, Sul, Nordeste, Centro-Oeste e de três do Norte (Manaus, Belém e Porto Velho) (FNP, 2014). Em 2014, por sua vez, o município sofre uma queda nesse *ranking*, porém ainda continua entre os 100 municípios brasileiros com maior arrecadação.

Essa forte arrecadação não leva necessariamente à melhoria da qualidade de vida da população. As cidades impactadas pelas atividades mineradoras, apesar do crescimento econômico apresentam problemas socioeconômicos e ambientais. A migração continua crescendo, apesar da consolidação de algumas atividades econômicas. A tendência, se confirmado os novos investimentos na região, é o aumento da migração em razão dos projetos destinados para Parauapebas nos próximos anos, como a exploração de mais uma mina pela Vale (Carajás 130 MTA), a instalação da empresa Avanco e da empresa Xstrata para a exploração de Cobre e da GM4 – Grupo Opportunity para exploração de ferro, entre outros empreendimentos.

Assim, entende-se que o crescimento econômico (aumento da circulação de dinheiro e da arrecadação de impostos e contribuições no município) não trará sozinho desenvolvimento social para Parauapebas. Durante e após a instalação desses projetos vem surgindo conflitos de todos os tipos nos seus territórios, ganhando ênfase nesse trabalho a criminalidade urbana, ou seja, os atores sociais disputam e territorializam-se de forma desigual e diferenciada, superpondo territórios e conseqüentemente, fazendo surgir todo o tipo de conflito social, dentre eles o da criminalidade que está direta e indiretamente relacionada com a chegada dessas atividades na região e no município.

Esse comportamento da criminalidade será destacado no próximo tópico, apresentando o campo conflituoso em que diversas formas de crime são expressas no território. É importante frisar que a mineração por si só não é responsável nem pelo desenvolvimento social e nem pelo avanço da criminalidade em municípios mineradores que possuem melhores condições econômicas. Tais municípios poderiam orientar suas políticas públicas para a periferia das cidades. Os índices a seguir expressam o paradoxo das cidades como Parauapebas, que apresentam tanto forte poder econômico quanto uma alta taxa de criminalidade.

3.4 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO CRIME EM PARAUAPEBAS

Nos últimos anos a segurança pública se tornou o centro da preocupação dos brasileiros. Em parte a melhoria das condições de renda e o crescimento econômico um pouco mais vigoroso possibilitou maior inclusão social, porém outros fatores agravaram as condições de segurança, especialmente em áreas urbanas.

O caso de Parauapebas é bastante interessante, pois apesar da sua grande receita orçamentária municipal, os indicadores de segurança aparecem como problemáticos e que

requerem grande atenção das autoridades públicas, sendo necessário esforço para o estabelecimento de condições sociais mais condizentes com as necessidades da população e a atração de novos investimentos, primando pela cultura de desenvolvimento local; o que repercute muito intensamente sobre os indicadores de qualidade de vida municipais (PARAUAPEBAS, 2012).

O rápido crescimento da cidade veio acompanhado de vários problemas, como a falta de moradia. Em 2014, 22.000 famílias viviam em habitações precárias, segundo o IBGE. Outro problema é o saneamento básico. A maior parte do esgoto corre a céu aberto — o índice de coleta é de apenas 13%, bem abaixo da média brasileira de 48%; que também está muito longe do ideal.

Parauapebas cresce exponencialmente, a maioria das pessoas que se estabelece nesse município vem de regiões muito pobres do Maranhão, que chegam à cidade na tentativa de ascender socialmente, mas dificilmente conseguem tal feito. A maior parte da população residente nas áreas periféricas de Parauapebas se configura como família de baixa renda. As periferias se multiplicam, com ajuda do intenso fluxo migratório destinado ao município, e a infraestrutura da cidade se torna insuficiente para atender as necessidades básicas da população.

As comunidades pobres, que estão localizadas a margem da Vila dos trabalhadores da Vale, ocupam normalmente as áreas de encostas, sujeitas ao deslizamento de terra e aos processos erosivos, ou as várzeas, famosas pelas inundações nas épocas em que o índice de pluviosidade atinge seu ápice (SOUZA; PEREIRA, 2008).

É comum a população carente de Parauapebas reclamar da ausência de um poder público atuante em suas comunidades. É notório o início de algumas obras de infraestrutura, como a ampliação da rede de esgoto e da rede elétrica do sítio urbano de Parauapebas, porém identificamos que tais obras estão concentradas, principalmente, nas partes mais elevadas da cidade, longe das periferias mais necessitadas.

Dessa forma, é evidente que um dos principais fatores que interferem na periferização da cidade é o grande fluxo migratório e a pouca eficiência e eficácia das políticas públicas desenvolvidas no município e na região. Ademais, o aumento intenso da população em Parauapebas possui um reflexo direto no crescimento da malha urbana do município e em descompasso com a oferta de emprego leva a uma tensão relacionada à criminalidade.

Outro fato interessante a ser trabalhado é que entre 1997 e 2013 Parauapebas coleciona sucessivos recordes na abertura de postos de trabalho e viu a mineração movimentar impressionantes R\$ 125,5 bilhões, embora apenas 1,3% disso tenha ficado, de fato, nos cofres

locais. Porém, em contrapartida com essa pujança econômica, de 1997 para 2015, a população praticamente triplicou, passando de 68.361 para 189.921 mil habitantes; intensidade essa que não conseguiu ser acompanhada pela abertura desses novos postos de emprego.

Assim, ao relacionar o aumento da população e o emprego, identificamos o ano de 2013 é um marco para o município de Parauapebas. Isso porque nesse ano tal município ficou com o preocupante segundo lugar no ranking do saldo de desligamentos, ou seja, houve muito mais demissões do que admissões.

Em relação direta com a criminalidade, destaca-se que apesar da pujança econômica de Parauapebas ter sido notada principalmente a partir de 2008, quando tal município se expõe para o mundo e para o Brasil como um dos principais exportadores de minério e um dos melhores espaços para se investir, foi nesse período que os índices de criminalidade mais sofreram aumento; o que aponta para o descompasso entre aumento da produção, da arrecadação e do fluxo de capital na cidade com o aumento da malha urbana, da migração e da criminalidade. Maior fluxo de dinheiro não significa automaticamente melhor qualidade de vida.

Dessa maneira, em relação ao comportamento dos crimes em Parauapebas, realizou-se uma análise temporal entre os anos de 2007 a 2014 dividindo tais crimes em: a) furtos e roubos; b) lesão corporal e lesão corporal culposa na direção de veículo; c) de homicídio e homicídio culposo na direção de veículo; d) de estelionato e de receptação; e) contra o meio ambiente e de violência doméstica; e) de latrocínio e tráfico de drogas.

Para basear esta análise dos fenômenos de criminalidade, foi utilizado o cálculo do índice de criminalidade (I.C.) por 100.000 habitantes. A população foi calculada a partir de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e os registros de crimes foram coletados a partir de informações das ocorrências disponíveis no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) da SEGUP, dispensados os registros realizados nas Delegacias Virtuais e registros duplicados.

Na tentativa de entender o que vem ocorrendo no enfrentamento da violência urbana fez-se necessário uma busca sistemática nas questões de cunho jurídico, mais precisamente do Código Penal Brasileiro, pelo qual é possível perceber que para cada crime há uma pena a ser imputada sobre a égide da Lei.

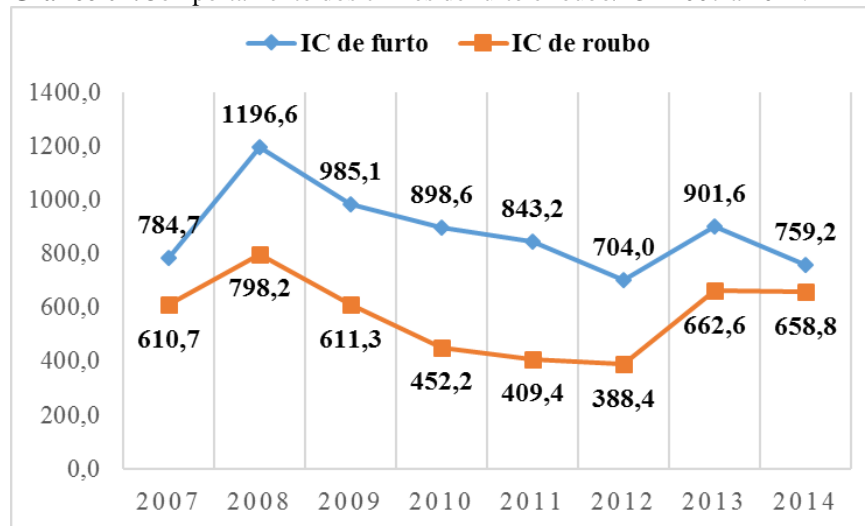
3.4.1 Furto E Roubo

O crime de furto, é uma modalidade criminoso, integrante do capítulo DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO, previsto no artigo 155, do Decreto-Lei nº 2.848 (Código Penal

Brasileiro), de 7 de dezembro de 1940, e é assim definido: “Art. 155. Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”. A pena para quem comete esse crime é de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. E o regime da prisão é o de reclusão, ou seja, este é o regime mais grave de prisão, por este o delinquente deverá ser recolhido em cela.

Em Parauapebas o comportamento dos crimes relacionados a furtos, no período de 2007 a 2014, vem sofrendo grandes variações. No ano de 2007, o IC era de 784,7/100.000 habitantes, aumentando consideravelmente no ano posterior, atingindo seu ápice, com I.C. de 1.196,6/100.000 habitantes. A partir de 2008, esses índices decaíram, atingindo seu ponto mínimo em 2012, com I.C. de 704,0/100.000 habitantes e aumentando mais uma vez em 2013, com I.C. de 901,6/100.000 habitantes. Em 2014, o I.C. era de 759,2/100.000 habitantes (gráfico 04).

Gráfico 04: Comportamento dos crimes de furto e roubo/IC - 2007 a 2014.



Fonte: SISP/SEGUP (2015).

Já para o crime de Roubo está capitulado no artigo 157, do Código Penal Brasileiro, é uma modalidade criminosa de natureza grave, que apresenta diversas facetas, para as quais cada uma apresenta uma penalização. O regime é o de reclusão.

Esta modalidade criminosa, segundo a pesquisa realizada em campo com os moradores, os mesmo apontaram ser esta prática a que maistem “aterrorizado” a vida da população. Fato este comprovado pelo trabalho de campo realizado no município, pelo qual, de um modo geral, os entrevistados responderam que a violência cresceu em quase todas as modalidades, contudo, em algumas delas, como furto, lesão corporal, homicídio culposo de trânsito, violência doméstica, ocorreram grande oscilação, de altas e baixas, onde a tendência é de redução.

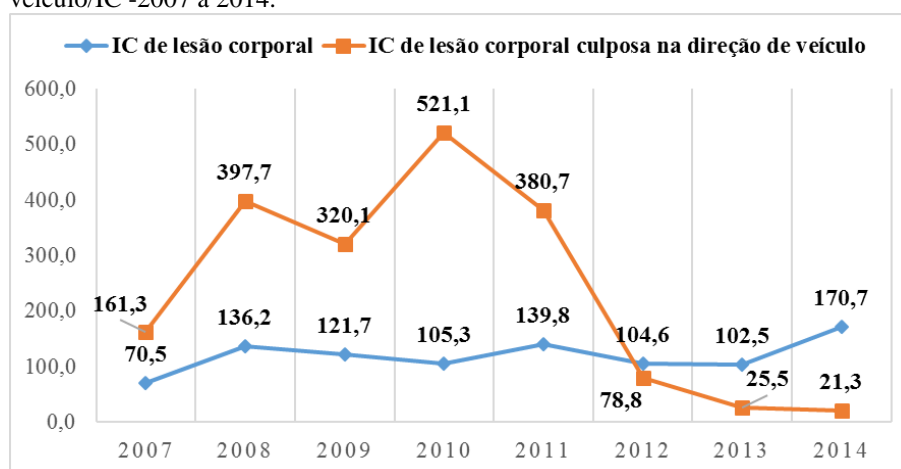
Pelos dados da pesquisa cerca de 60% dos entrevistados já sofreram algum tipo de violência e o crime sofrido foi assalto à mão armada. O que ratifica informação descrita no gráfico 04.

3.4.2 Lesão Corporal

Este crime integra o capítulo DAS LESÕES CORPORAIS e está previsto no artigo 129, da citada lei, e é por ela definido como: “Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem”. A pena para quem comete esse crime é de 3 (três) meses a 1(um) ano.

A pesquisa apontou que o I.C. de lesão corporal, esse vem se mantendo razoavelmente estável. Seu maior aumento se deu no período de 2007 a 2008 e no período de 2013 a 2014. No primeiro momento, o I.C. passou de 70,5/100.000 habitantes para 136,2/100.000 habitantes e no segundo o I.C. aumentou de 102,5/100.000 habitantes para 170,7/100.000 habitantes; o que se configura como um dado preocupante em relação a segurança (gráfico 05).

Gráfico 05: Comportamento dos crimes de lesão corporal e lesão corporal culposa na direção de veículo/IC -2007 a 2014.



Fonte: SISP/SEGUP (2015)

Essa variação do I.C. foi mais significativa ainda quando se considera os crimes de lesão corporal culposa na direção de veículos. Em 2007, tal índice era de 161,3/100.000 habitantes, mais que dobrando no ano posterior, indo para 397,7/100.000 habitantes. O I.C. atingiu seu ápice em 2010 com 521,1/100.000 habitantes. A partir desse momento tal indicador começou a diminuir consideravelmente e continuamente, atingindo seu mínimo em 2014, com I.C. de 21,3/100.000 habitantes (gráfico 05).

O crime de lesão corporal, já mencionado, capitulado no artigo 129, do Código Penal Brasileiro, quando é cometido usando-se veículo automotor, ganha outro desdobramento, este artigo deve ser combinado com o artigo 291, § 1º, da Lei nº 9.503, de 3 de setembro de 1997

(Código de Trânsito Brasileiro), pois esse parágrafo assim determina: “Art. 291 § 1º. Aplica-se aos crimes de trânsito de lesão corporal culposa o disposto nos artigos. 74, 76 e 88 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, exceto se o agente estiver: I – sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determinar dependência; II – participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição, de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente; III – transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora);”. Caso o delinquente incorra em uma dessas três hipóteses, ele deve ser alvo de inquérito policial, é o que determina o § 2º, do art. 291, que assim dispõe: “§ 2º. Nas hipóteses previstas no § 1º deste artigo, deverá ser instaurado inquérito policial para a investigação da infração penal.

3.4.3 Homicídio e Homicídio Culposo

O crime de homicídio está capitulado no art. 121, do Código Penal Brasileiro, é uma modalidade criminosa de natureza gravíssima, em que, dependendo da forma, motivação e instrumentalização, apresenta-se como mais leve ou mais grave. E está assim definido: “Art. 121. Matar alguém”. A pena para quem comete esse crime vai de 6 (seis) a 20 (vinte) anos. E seu regime é sempre o de reclusão. É a modalidade criminosa mais rechaçada pela humanidade.

Quanto ao crime de Homicídio Culposo é uma modalidade criminosa, integrante do capítulo DOS CRIMES CONTRA A PESSOA, previsto no art. 121, § 3º, e é por ela definido como: “Art. 121 § 3º. Se o crime é culposo”. A pena para quem comete esse crime é de 1 (um) a 3 (três) anos. O regime da prisão é o de detenção.

Em relação a esta modalidade no período analisado, 2007-2014, esse primeiro comportamento criminoso quase dobrou, indo de 31,52/100.000 habitantes para 62,72/100.000 habitantes. O maior aumento foi verificado entre os anos de 2007 e 2008, passando o I.C. de 31,52/100.000 habitantes para 57,82/100.000 habitantes, sofrendo sua maior queda no ano posterior, passando para 47,12/100.000 habitantes (gráfico 07).

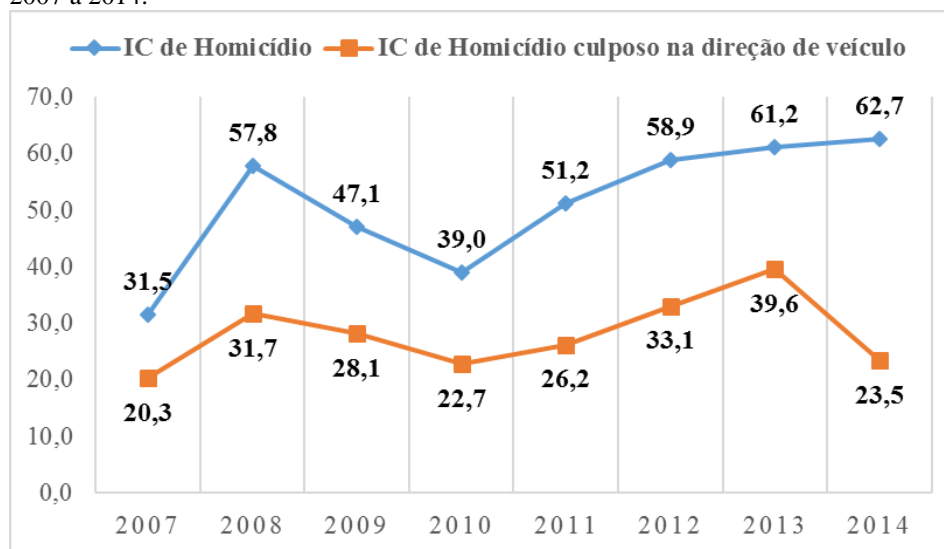
Com uma taxa anual de 62,7 homicídios por 100.000 habitantes, Parauapebas está entre as 100 cidades mais violentas do país.

Todos esses problemas indicam que os milionários royalties arrecadados com a mineração ainda não conseguiram mudar a realidade da maioria dos moradores da cidade.

O segundo comportamento criminoso, apesar de possuir uma certa estabilidade quando comparado os anos de 2007 a 2014, indo de 20,32/100.000 habitantes para

23,52/100.000 habitantes, entre tal período o I.C. sofreu modificações importantes. Sua maior alta também se deu no período entre 2007 e 2008, passando de 20,32/100.000 habitantes para 31,72/100.000 habitantes e sua maior queda foi verificada nos anos de 2013 e 2014, indo de 39,62/100.000 habitantes para 23,52/100.000 habitantes (gráfico 06).

Gráfico 06: Comportamento dos crimes de homicídio e homicídio culposo na direção de veículo/IC - 2007 a 2014.



Fonte: SISP/SEGUP (2015).

3.4.4 Estelionato e Receptação

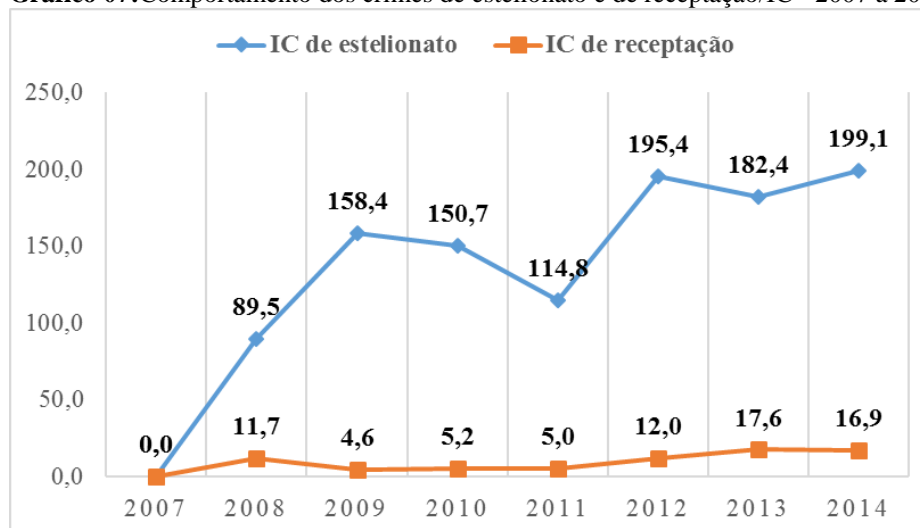
O crime de Estelionato está capitulado no artigo 171, do Código Penal Brasileiro, é um crime considerado de natureza mediana, estando assim definido: “Art. 171. Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”. A pena para quem comete esse crime vai de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa. E o regime é o de reclusão.

O crime de receptação está capitulado no artigo 180, do Código Penal Brasileiro, é uma modalidade criminosa considerado de gravidade mediana, e para sua configuração é necessário: “Art. 180. Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte”. A pena para quem comete esse crime é de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e o regime da prisão é o de reclusão.

Foram levantados, também, os crimes relacionados ao estelionato e à receptação. Essa primeira atividade criminosa sofreu um forte aumento entre os anos de 2007 e 2014, variando seu I.C. de 0,0/100.000 habitantes para 199,12/100.000 habitantes; mais uma vez preocupando os habitantes de tal município. As maiores altas se deram entre os anos de 2007 e

2008, indo de 0,0/100.000 habitantes para 89,52/100.000 habitantes, de 2008 e 2009, aumentando o I.C. para 158,42/100.000 habitantes, e de 2011 e 2012, que se elevou de 114,82/100.000 habitantes para 195,42/100.000 habitantes. Já a receptação se manteve estável, indo de 0,0/100.000 habitantes em 2007 para 16,92/100.000 habitantes em 2014, com fraca variação nesse período (gráfico 07).

Gráfico 07: Comportamento dos crimes de estelionato e de receptação/IC - 2007 a 2014.



Fonte: SISP/SEGUP (2015).

3.4.5 Meio Ambiente e Violência Doméstica

O crime contra o meio ambiente é uma modalidade criminosa que ao longo do tempo ganhou notoriedade, principalmente a partir da consideração de dois eixos: primeiro, que a alteração brusca do meio passou a mudar, para pior, a qualidade de vida do homem no mundo inteiro; segundo, pela compreensão de que os bens fornecidos pela natureza, necessários a vida humana são finitos. No Brasil passou-se então a penalizar os delinquentes com penas mais duras e, com isso em 1998 surgiu a Lei nº 9.605, a qual em 80 (oitenta) capítulos regulamentando todas as ações que se enquadram nela, quando assim dispõe: “Lei nº 9.605/1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”.

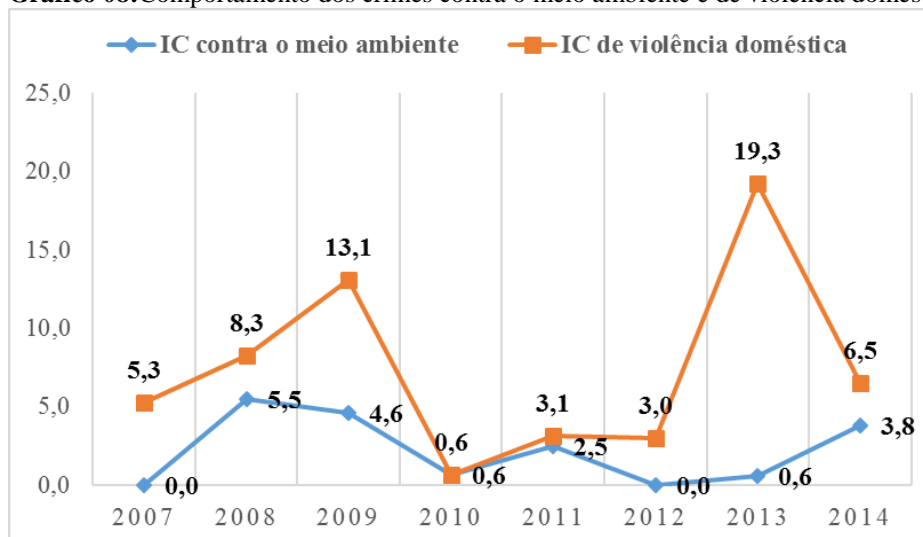
Tem destaque, também, os crimes contra o meio ambiente e a violência doméstica. O primeiro sofreu fracas modificações e se encontra com índice baixo, passando de 0,0/100.000 habitantes, em 2007, para 3,8/100.000 habitantes em 2014.

A violência doméstica é um crime que está ordenado em uma lei específica, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Nesta, estão previstas todas as formas criminosas e, as

medidas de proteção às vítimas e as penalizações aos delinquentes, entretanto, a própria faz referência ao § 90, do art. 129, do Código Penal.

No município de Parauapebas, este crime também, não possui altos índices, saindo de 5,3/100.000 habitantes, em 2007, para 6,5/100.000 habitantes em 2014. Houve nesse período algumas variações. O maior aumento se deu entre os anos de 2012 e 2013, passando de 3,0/100.000 habitantes para 19,3. As maiores quedas do I.C. de violência doméstica se deram entre os anos de 2009 e 2010 e de 2013 para 2014, passando, respectivamente, de 13,1/100.000 habitantes para 0,6/100.000 habitantes e de 19,3/100.000 habitantes para 6,5/100.000 habitantes (gráfico 08).

Gráfico 08: Comportamento dos crimes contra o meio ambiente e de violência doméstica/IC– 2007- 2014.



Fonte: SISP/SEGUP (2015).

3.4.6 Latrocínio e Tráfico de drogas

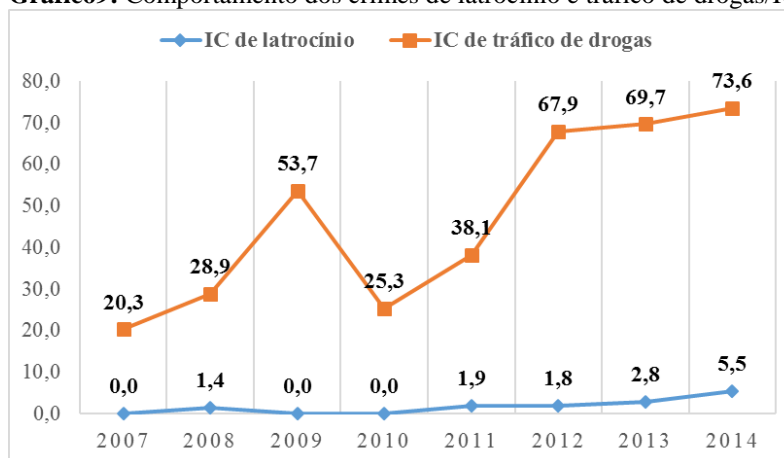
O crime de latrocínio é um crime considerado de natureza complexa, e está capitulado no § 3º, do art. 157, do Código Penal Brasileiro, e está assim definido: “Art. 157 § 3º. Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa.”

Já o crime de tráfico de drogas é considerado um dos crimes mais complexos, de difícil materialização, com muitas facetas no que tange a definição de autor e de usuário, pois entre eles há uma linha tênue para caracterização, gerando debates entre juristas em que o tráfico de drogas possui uma estrutura organizacional bastante amarrada, onde os atores sabem exatamente qual é seu papel, como também possuem sua própria “justiça”. Devido todas essas peculiaridades, o Brasil vem tentando, sem muito êxito, combater este crime, que

hoje é considerado a “praga do mundo”, criando e ajustando leis que possam fazer um enfrentamento capaz de ao menos frear seu avanço. Para tanto, atualmente, criou uma lei específica, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, com 75 (setenta e cinco) artigos, a qual tentou prever todas suas facetas e assim conhecer o inimigo para combatê-lo.

A pesquisa, também, verificou a variação da criminalidade relacionada aos crimes de latrocínio e tráfico de drogas. Identificou-se que os crimes relacionados a latrocínio vêm se mantendo estáveis durante o período de 2007 a 2014, variando de 0,0/100.000 habitantes para 5,5/100.000 habitantes. Já o I.C. de tráfico de drogas, ao contrário do latrocínio, vem sofrendo variações e aumentos consideráveis, passando de 20,3/100.000 habitantes para 73,6/100.000 habitantes, ou seja, mais que triplicou no período analisado. A maior alta de tal índice foi no período de 2008 para 2009 e de 2011 para 2012, passando, respectivamente, de 28,9/100.000 habitantes para 53,7/100.000 habitantes e de 38,1/100.000 habitantes para 67,9/100.000 habitantes. A maior queda foi identificada entre os anos de 2009 e 2010, passando o I.C. de 53,7/100.000 habitantes para 25,3/100.000 habitantes (gráfico 9).

Gráfico9: Comportamento dos crimes de latrocínio e tráfico de drogas/IC - 2007 a 2014.



Fonte: SISP/SEGUP (2015).

Totalizando todos os I.C. entre os anos de 2007 e 2014 percebeu-se um aumento de 1704,6/100.000 habitantes para 2001,6/100.000 habitantes. Dessa maneira, apesar do significativo repasse de impostos, como o ICMS e a CFEM, nos últimos anos, o Município de Parauapebas ainda apresenta grande deficiência para implantar um bem estar social para seu povo. Com isso, a violência e as territorialidades do crime se difundem na cidade.

Ademais, percebe-se também que a maioria das propostas e deveres instituídos no plano diretor de Parauapebas relacionados à segurança não estão sendo cumpridos. Segundo Plano Diretor do Município (PARAUAPEBAS, 2006) são diretrizes para a participação do Município na Política de Segurança:

- a) promover condições de acesso a benefícios materiais através do emprego, trabalho e renda, e de símbolos-afetivos, como valorização, acolhimento e pertencimento, restituindo a visibilidade e auto-estima das pessoas com envolvimento na criminalidade e na polícia;
- b) criar oportunidade para alcançar o reconhecimento e valorização por meio de políticas públicas voltadas para o enfrentamento do tráfico de drogas e alcoolismo, combinando políticas de emprego e renda e complementação educacional das famílias envolvidas em situações de desordem social ou policial, tendo em vista a diminuição da ocorrência de morte por homicídio, violência social praticada por usuários de drogas e da prostituição infantil como parte de uma política de ressocialização para as pessoas com trajetória na criminalidade;
- c) realizar diagnósticos sistemáticos acerca da situação de criminalidade no Município visando tratar das causas da violência e não se limitar a ações repressivas e policiais por meio da publicização e promoção do debate sobre os resultados dos diagnósticos de segurança pública de forma a envolver os diversos segmentos da sociedade civil na solução dos problemas de insegurança pública;
- d) incentivar o planejamento das ações que propiciem o monitoramento de um processo de intervenção nas questões relacionadas à segurança pública, em parceria com iniciativas da sociedade civil;
- e) contribuir no combate à criminalidade e sua prevenção através do desenvolvimento integrado de ações com as políticas estaduais, municipais, intermunicipais e federais;
- f) dotar os logradouros públicos com condições de iluminação como forma de evitar eventos de violência na cidade.

A principal inquietação deste trabalho é refletir se, de fato, grandes empreendimentos econômicos como a extração mineral realizada pela Vale no município de Parauapebas, na prática, contribuem para o desenvolvimento local e/ou regional, de maneira a maximizar e a socializar os benefícios de tal atividade, promovendo o bem estar para a maioria da população. Nesse caso, podemos afirmar que os grandes empreendimentos desenvolvidos não trazem necessariamente benefícios para todos.

É importante destacar também que o principal problema de Parauapebas pode ainda estar por ocorrer. O minério de ferro é um recurso natural finito — e o fim pode estar mais próximo do que se imagina. De acordo com as mais recentes projeções da Vale, as três minas hoje exploradas em Parauapebas devem se esgotar até 2035 e tal empresa tem outros projetos

a serem desenvolvidos na região, porém em outros municípios; o que pode acarretar a perda de receitas municipais e a diminuição considerável da principal atividade econômica num futuro próximo. No cenário atual, o desafio é buscar novas atividades que compensem a perda de receita com a mineração.

Entre as ideias em estudo estão a criação de um polo industrial de transformação mineral e o estímulo ao ecoturismo. Novas parcerias estão sendo firmadas entre a Vale, demais instituições privadas e a prefeitura municipal visando amenização dos problemas urbanos e ambientais e a implantação de novos projetos a serem introduzidos na região. Porém, os investimentos futuros no município de Parauapebas devem ser vistos com ressalvas, pois podem agravar ainda mais o processo migratório e os problemas de conjuntura social e política (VERDE; FERNANDES, 2009).

3.5 PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA EM PARAUAPEBAS

A constante violência exacerbada pela mídia tem provocado debates na sociedade civil de forma a pensar os efeitos da criminalidade em espaços dotados de grande circulação de recursos econômicos como as cidades mineradoras, neste caso Parauapebas. Como parte das atividades dessa pesquisa, foram realizadas entrevistas qualitativas, com o intuito de obter informações mais precisas da realidade local sob a ótica dos moradores do Município.

O limiar das entrevistas foram estruturadas da seguinte forma: primeiro relacionado ao sentimento dos moradores, desconsiderando o local de nascimento dos cidadãos e não levando em conta bairros que moram, apenas a representação deles enquanto sociedade civil organizada, ou seja fazendo parte de associações de moradores. O segundo olhar, concentrou-se em analisar como as autoridades pertencentes ao poder público que trabalham com a segurança pública no município veem a questão, haja vista que, elas estão transitoriamente vivendo ali. Por fim, perguntou-se, se os royalties advindos da mineração, tem contribuído diretamente na redução da criminalidade transformando-se em bem estar para a população.

No trabalho de campo realizado no período de junho a julho de 2015 o destaque dado pelos moradores esta relacionado com a questão da qualidade do serviço de segurança pública prestado pelas polícias na cidade, no período de 2007 a 2014.

Durante o trabalho de campo, foi apurado que 82,5% dos entrevistados desaprovam o serviço, afirmando que ele é ruim e que a cada dia piora ainda mais. A insatisfação é bastante elevada e os cidadãos, segundo os entrevistados, não percebem nenhum movimento por parte dos gestores locais e estaduais que venham sanar essa calamitosa situação. A população, a

cada dia que passa, sente-se mais acuada pelos criminosos, e com isso, muda diversos hábitos, ou formas de viver, tais como: passear em praças públicas, conversar nas calçadas de suas casas, deixar as crianças brincarem nas ruas, hábitos considerados rotineiros, mas que frente à crescente violência são trocados por reclusão doméstica ou por medo da circulação nas ruas.

O debate sobre a aplicabilidade de políticas públicas eficientes no combate a criminalidade, e por consequência, um melhor ordenamento territorial da cidade de Parauapebas, torna-se um desafio aos gestores municipais.

Em seguida, faz-se necessária a compreensão da parte mais sensível da pesquisa: compreender o comportamento da criminalidade no município de Parauapebas. No trabalho de campo, ficou evidente, para os entrevistados quais eram os problemas de violência que mais preocuparam os moradores, no período de 2007 a 2014, já muito discutido no capítulo anterior.

Buscou-se saber com os moradores, se existe algum lugar no município de Parauapebas em que se possa andar, durante o dia, e sentindo-se seguro. As respostas obtidas foram de que não existe lugar no município em que o cidadão parauapebense sinta realmente seguro, contudo, a opinião da grande maioria convergiu para o sentido de que a violência é mais perceptível nos bairros periféricos.

Este fato corrobora com as evidências já notadas por Alvarez (2015) em seu estudo sobre a Geografia e Violência nos Aglomerados de Execução na Cidade de Marituba de 2011 a 2013, pelo qual conclui que:

A violência é um dos principais adjetivos vinculados à sociedade Mariuara, com tantas mazelas o crime, a criminalidade e a violência merecem destaque, pois são manifestações de um longo e contínuo processo de desvalorização da sociedade local, que descrevem o processo de produção e organização do espaço. Assim, a ação organizativa, que por via de regra precariza os espaços e institucionaliza a periferia como abrigo e produtor de (des)ordem, também é catalizador social da pobreza, neste contexto, possibilita o surgimento de relações sociais que em primeira ordem problematizam e facilitam diversas estratégias sociais manifestadas na desordem e nas mais diversas formas de violência em múltiplas escalas e instâncias sociais. (ALVAREZ, 2015, p. 87)

Foi ainda perguntado aos moradores se existe um bairro considerado mais violento dentre os demais. A resposta não convergiu para um bairro determinado, ouve, contudo, citação de vários bairros, todos da periferia do município. Segundo Rivero (2010), a maioria dos crimes, principalmente as execuções noticiadas diariamente, ocorre nas áreas periféricas. Exatamente por isso, verifica-se a conexão entre a violência, principalmente a letal e sua concentração nos espaços marginalizados, pois “Mesmo que não se comprove uma relação linear entre vítimas de mortes violentas e pobres ou locais de concentração de homicídios e

moradia irregular e precária, essas representações sociais têm sido significativas” (RIVERO, 2010, p. 120).

Esses dados reforçaram o sentimento de abandono que os moradores desses bairros periféricos apresentam. Ele é real e precisa ser enfrentado por meio de ações de um conjunto de políticas públicas, que coloque a disposição desses cidadãos bens e serviços necessários para o seu bem estar.

Na tentativa de entender, se o medo da violência tem levado as pessoas a mudarem seus hábitos diários. Mais do que em outras indagações, neste as respostas vieram exatamente ao encontro do que se imaginava, ou seja, todos os entrevistados foram categóricos em afirmar que sim, porque não se trata somente de uma opção, para a maioria dos entrevistados, trata-se de uma questão de sobrevivência. Os delinquentes percebem a ausência do Estado, permitindo-lhes avançar seu poder de ação, portanto, quem decide ficar naquele espaço facilmente se tornará refém da bandidagem, assim, procuraram outro espaço que julguem um pouco mais seguro para viver.

Perguntou-se aos moradores quais os tipos de crimes que estes julgam mais graves, aquelas modalidades para as quais a população são mais vulneráveis. As respostas foram unânimes, para esses cidadãos os crimes de roubos (assaltos) e homicídios, são os que mais assolam a dignidade desse povo.

Segundo o Mapa da Violência (2015), 42 mil brasileiros foram mortos por armas de fogo. Considerando dados oficiais de 2012, 42.416 pessoas foram vítimas de armas de fogo no Brasil – uma média de 116 mortes/dia –, das quais 94,5% (40.077) foi resultado de homicídios.

Foram identificadas, ainda, quais as ações, na visão dos moradores, a polícia ou policiais, deveriam implementar na cidade buscando reverter o quadro violento que o atinge. As respostas apontaram na mesma direção, ou seja, os cidadãos de Parauapebas gostariam de contar com um maior número de efetivo policial capaz de dar resposta na quantidade e qualidade do serviço policial, em especial no de prevenção.

Indagou-se também, aos moradores, se eles conheciam algum tipo de parceria firmada entre as empresas mineradoras e as autoridades locais, visando combater conjuntamente a criminalidade. Neste item, não houve, qualquer dificuldade para responderem ao questionamento, de uma forma incisiva responderam nada há, nenhum movimento nesta direção, apenas lançam a total responsabilidade ao Estado.

Diante dos fatos narrados pelos moradores, buscou-se também estabelecer um parecer sobre a versão das autoridades policiais que trabalham no município de Parauapebas,

especialmente da Polícia Militar do Estado, sobre as dificuldades que enfrentam para darem uma resposta mais forte e perceptível aos cidadãos da localidade, face as respostas obtidas junto aos moradores, se há convergência ou divergência de motivações no que tange o avanço da criminalidade no município.

Segundo as autoridades policiais, basicamente, quatro problemas contribuem diretamente para a alta da criminalidade. Em primeiro lugar, estaria a ocorrência da superpopulação, a qual está diretamente ligada a implantação dos projetos minerais, pessoas de diversas cidades do país atraídas pela oportunidade de emprego, viram nesses projetos, a oportunidade de emprego com bons salários e contratação imediata, passaram a se deslocar simultaneamente para Parauapebas onde encontraram uma cidade carente de estrutura básica para oferecer aos novos residentes condições razoáveis de bem estar; Segundo, certamente os empregos criados pela mineração não foram suficientes para atenderem todas as pessoas que buscavam emprego e, aquela massa não contratada permanece no município integrando a população local e buscando na informalidade condições de sobrevivência. Quando a informalidade não absorve tais pessoas, ocorre o uso dos meios violentos para suprir suas necessidades básicas.

Terceiro, esta massa procura respostas para parte de suas necessidades no Estado através de políticas sociais, tais como políticas, de moradia, saúde, educação, alimentação, lazer, quando não encontradas ou não eram suficientes, empurraram essas pessoas ao mundo do crime. E, por fim, o tráfico de drogas, de imensurável poder econômico, e de organização, tem sido objeto de teses e projetos de governos, nacionais e internacionais, visando combater suas facetas e com isso reduzir sensivelmente gastos com saúde física e psicológica, educação, políticas de segurança pública, de justiça, prisional, etc., sem sombra de dúvida, o maior mal com o qual a sociedade internacional vem convivendo, responsável por grande parte dos homicídios, extermínio de famílias, e escravização de outros milhões de pessoas.

Em seguida, perguntou-se às autoridades policiais qual ou quais as maiores dificuldades para redução da violência em Parauapebas, obtendo-se duas respostas: primeiro, é necessário que o efetivo policial, tanto civil quanto militar sejam aumentados e qualificados para enfrentar de forma contundente e continuada todas as ações criminosas vivenciadas pelos moradores ou não.

Paralelamente, é necessário que o Estado implemente políticas públicas para a população, especialmente nas áreas de saúde, de educação, com ênfase em escolas profissionalizantes e superior públicas, e ao emprego; O município deve promover um plano

diretor capaz de alavancar o desenvolvimento urbano e rural o qual deve contribuir de forma decisiva na oferta de bens e serviços à população, promovendo assim o bem estar geral.

Na percepção das autoridades policiais, o lugar da cidade considerado mais violentos é a periferia, principalmente os bairros oriundos do crescimento da cidade, sem nenhum planejamento, carentes de bens e serviços. Nestes são vivenciados todo tipo de violência, dolosa ou culposa.

Entre as ações realizadas para diminuição da violência no município, foram obtidas respostas por parte da polícia militar, a mesma realiza operações preventivas nas áreas periféricas, e, nos bairros centrais promove fiscalizações de locais com grandes aglomerações de pessoas, bancos e similares. Já a polícia civil assegura que vem investindo em inteligência policial e com isso, vem dando resposta no combate ao tráfico de drogas, assaltos a agências bancárias, além de elucidação de homicídios.

Sob o ponto de vista das autoridades policiais, a violência vem diminuindo ao longo dos anos. Segundo elas, nos últimos dois anos, têm-se observado uma drástica redução do crime de homicídio, contudo, os crimes de roubo tem se mantido estáveis. Quanto ao crime de latrocínio apenas dois foram registrados. Não houve manifestação quanto às demais modalidades criminosas.

Perguntado às autoridades policiais se as ações numa cidade mineradora têm peculiaridades, se sim, quais seriam. As respostas foram positivas, considerando dois itens: o primeiro está relacionado a uma maior circulação de dinheiro, o que é um atrativo para quadrilhas especializadas, especialmente as de roubo a banco; uma segunda peculiaridade está relacionada ao uso dos explosivos pela mineradora em suas minas, substância bastante utilizada na explosão de caixas eletrônicos, e por isso essas cidades tem sido alvo preferido dessas quadrilhas.

Por fim, buscou-se saber se as empresas de mineração procuram estabelecer parcerias com as autoridades policiais com a finalidade de redução da criminalidade no município. A resposta foi que a única parceria que existe é quanto acessão de viaturas e combustíveis para as atividades das policias Civil e Militar. Não há, portanto, nenhuma preocupação condizente com a riqueza produzida pelo município, ainda que seja diretamente relacionada a seus próprios interesses.

Portanto, pelas entrevistas qualitativas nota-se que a percepção da população quanto à violência é clara, por ser ela vítima da relação espaço poder existente no território. As autoridades policiais representando o poder do Estado mostram que suas ações são pontuais e

de respostas. Ou seja, mesmo Parauapebas sendo o 3º município com maior arrecadação no Estado não consegue desenvolver ações e programas de prevenção e minimização dos crimes.

Este fato comprova que é necessário muito mais que dinheiro para o combate a criminalidade. Somente ações de políticas públicas, educação, saúde e bem estar social em parceria entre o poder público, a iniciativa privada e a população é que podem mudar esta realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender de que forma economia e violência se relacionam em territórios cuja receita econômica é consideravelmente elevada por atividades de exploração minerária, tendo como referência o município de Parauapebas, no Estado do Pará.

O levantamento bibliográfico nos apresentou uma característica peculiar e comum na literatura sobre a Geografia da Violência. Alguns autores afirmam que a violência é maior em áreas periféricas e pobres, baseando-se em discussão entre Souza e Pereira (2008), Alvarez (2015), Rivero (2010) vai além ao afirmar que “a maioria dos crimes, principalmente as execuções noticiadas diariamente, ocorrem nas áreas periféricas”. Apesar dos dados não comprovarem essa relação linear entre mortes violentas e pobres em locais com moradias irregulares e precárias, porém as evidências dessa relação são claras quando nos baseamos nas estatísticas de crimes apontadas para essas áreas.

Nessa perspectiva, a delimitação do território como categoria de estudos de uma “Geografia do Crime” foi crucial para o entendimento da dinâmica criminal em determinadas áreas, além de explicitar como se dá essa relação de poder existente em áreas com atividades minerárias, com economia elevada, e a relação destas com às questões de segurança pública.

Para isto os conceitos de Machado (1996), Ferreira (2005) e Haesbaert sobre território foram importantíssimos para entendermos a Geografia do Crime, pois é exatamente dentro dos territoriais que as relações de poder se desenrolam. Onde os conflitos acontecem “por” e “pelo” poder, através de uma relação de embate entre os agentes da segurança pública e os grupos de criminosos.

A análise bibliográfica e dos dados secundários que compõem esta pesquisa, foi possível identificar que Parauapebas possui a 2ª maior renda *per capita* do Estado do Pará, ficando atrás somente da Capital do Estado, Belém. Esta renda é oriunda basicamente das concessões minerárias existente em seu território, sendo considerado industrial. No entanto, percebe-se que o aumento da receita do município certamente atraiu um grande elevado número de pessoas, ocorrendo por causa disso um *boom* demográfico no período estudado. Contudo, esse crescimento demográfico não veio acompanhado de políticas de inclusão, como emprego, educação, saúde, segurança e distribuição de renda, fator que pode ter sido uma das causas do aumento da violência no município.

Apesar de não existir um único fator para o crescimento da violência em uma determinada área, os crimes que foram observados no decorrer desta pesquisa certamente tiveram seu papel de destaque para que isso ocorresse.

A atividade minerária existente em Parauapebas teve em sua história recente uma grande contribuição para o desenvolvimento do município. A pesquisa concluiu que a população do município triplicou, em 19 anos, e essa população está concentrada na área urbana, e a população masculina é maioria, especialmente os da faixa etária de 20 a 29 anos, grande parte dessa mão-de-obra encontra na exploração mineraria sua principal atividade..

O crescimento da população, bem como da cidade em si, foi observado nesta pesquisa como de grande relevância para a instalação de bens e serviços á população. No período estudado, observou-se que o número de empresas implantadas no município mais que dobrou. E a remuneração dos trabalhadores aumentou consideravelmente, saindo de 1 a 2 salários mínimos, passando para uma média de 3,6 salários mínimos mensais, só no ano de 2013.

Por outro lado, ficou perceptível que todo esse aumento de empresas implantadas não foi capaz de acompanhar a necessidade de abertura de postos de trabalho que a população precisava. Destaque para o setor de serviço que é o segmento que mais emprega em Parauapebas. Contudo, a indústria extrativa mineral ainda é um setor que emprega bastante, sendo esta atividade a responsável pela forte arrecadação de impostos no município.

Este crescimento econômico de Parauapebas não tem se refletido em melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, há-observa-se problemas graves em todos os segmentos, em especial os cunho social e ambiental são os que têm se destacado, contudo, isso não tem sido óbice para frear a migração que continua crescendo, apesar da consolidação de algumas atividades econômicas a tendência é que cada vez mais pessoas cheguem ao município em busca de emprego e melhores condições de vida, entretanto, para aqueles que não têm conseguido oportunidade para trabalhar, seja por qualquer razão, mas principalmente aqueles que têm pouca ou nenhuma instrução estes claramente impulsionam a criminalidade no município.

Apesar da pujança econômica, Parauapebas tem se destacado como um dos principais polos exportadores de minério e um dos melhores espaços para se investir no Brasil, o que aponta para o compasso no aumento da produção, da arrecadação e do fluxo de capital na cidade, o que é refletido no aumento da malha urbana, na migração e no viés da criminalidade. Dados pesquisados apontam que existem muitos problemas como habitações precárias, falta de moradia e falta de saneamento básico. Neste ultimo, é baixíssimo o acesso à coleta de esgoto, estando muito abaixo da média brasileira.

Aliado a isto tudo, a hipótese dessa pesquisa caminhou no sentido de entender o comportamento do índice de violência em um município considerado “rico” e como este crescimento econômico pode melhorar a vida da população.

Contudo, apesar do alto PIB, do elevado nível de renda da população e da grande quantidade de empregos gerados pela atividade mineradora, os dados da criminalidade no município apontaram para índices alarmantes de violência. Os dados apresentados por meio de gráficos e tabelas mostram que com o aumento da densidade demográfica tem também elevado o índice de violência. Os crimes como furtos e roubos; lesão corporal e lesão corporal culposa na direção de veículo; homicídio e homicídio culposo na direção de veículo; estelionato e receptação; contra o meio ambiente e de violência doméstica; latrocínio e tráfico de drogas são os mais comuns observados na pesquisa, mas estão longe de serem os únicos responsáveis pelos altos índices.

Os dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA, em 22 de março de 2016, denominado Atlas da Violência, ratificamos dados nas tabelas e gráficos contidos neste estudo os quais apontam o município minerário de Parauapebas como o 11º município na lista das 20 microrregiões mais violentas, estando a frente inclusive de Belém, capital do Estado. O que tem destacado Parauapebas como sendo um dos municípios mais violentos do Estado.

Outra comprovação dos dados estatísticos da criminalidade de Parauapebas foi obtida através da pesquisa de campo realizada no município, em que foram entrevistados agentes da segurança pública e população da cidade. A entrevista confirmou que o Índice de criminalidade vem aumentando e por causa disso a população se sente cada vez mais insegura. Dado significativo da pesquisa apontou que cerca de 60% dos entrevistados já sofreu algum tipo de violência e o crime que mais assusta os moradores é o assalto à mão armada.

A pesquisa apontou também que a população desaprova o serviço de segurança pública prestado pelo Estado através das polícias civil e militar. E, ainda, que o repasse milionário dos *royalties* não tem se revestido na melhoria da quantidade e qualidade de bens e serviços colocados à disposição da população.

De acordo com os agentes de segurança, o maior problema para a redução do índice de criminalidade no município é a grande densidade demográfica que ocorre no município e com ela caminha e avança o tráfico de drogas. Esses fatores, aliados à falta de estrutura e baixo aparato policial, ausência de políticas públicas de educação e falta acesso ao esporte e lazer reunidos alimentam estes índices de criminalidade em Parauapebas.

A situação do município poderá piorar sofrendo sofrer drásticas modificações, uma vez que é sabido que o minério é um bem finito, e no caso das minas de Parauapebas, o fim da reserva se aproxima, segundo as projeções da Vale o esgotamento da reserva deverá ocorrer por volta do ano de 2035. Se essa projeção vier a se confirmar, qual o tamanho do dano na

receita do município, já que hoje ela renda é basicamente oriunda da atividade minerária? Como a população e o poder público local estão vendo essa possibilidade?

Para conter possíveis impactos entre as ideias em estudo estão a criação de um polo industrial de transformação mineral, o estímulo ao ecoturismo e a implantação de novos projetos a serem implantados na região. Para tanto, novas parcerias estão sendo estudadas e firmadas entre a Vale e demais instituições privadas, além da prefeitura municipal, tudo isso visando amenizar os problemas que podem advir. A possibilidade de futuros investimentos no município estão sendo vistos com reservas, pois existe a temeridade de não poderem ajudar e ao contrário podem agravar ainda mais o processo migratório e com eles agravar os problemas de conjuntura social e política.

Do ponto de vista da violência e da criminalidade, existe um quadro preocupante, qual seja, a depender do tamanho da queda da receita imagina-se o drama da nova realidade, sem emprego e alternativa econômica a ofertar a tendência é um aumento da criminalidade sem precedente no município, preocupações que apareceram nas entrevistas.

Como sugestões de conclusão, com relação as dificuldades estruturais para um trabalho aceitável por parte das policias, sugere-se que sejam firmadas parcerias entre as forças policiais civis e militares e o governo municipal buscando contribuir com alogística necessária para que essas forças possam fazer o combate mais efetivo da criminalidade no município.

Com relação aos bens e serviços ofertados pelo poder público observou-se que os mesmos encontram-se muito centralizados o que faz necessário uma descentralização o quanto antes, evitando assim deslocamentos da população dos bairros periféricos ao centro, evitando com isso problemas básicos com transporte e segurança por exemplo, e assim inove minimamente na busca do bem estar de sua população.

A pesquisa não observou nenhuma parceria firmada entre os governos municipais da região de integração de Carajás, de ajuda mútua, visando somar esforços para se fazer frente a criminalidade o que poderia ser uma alternativa para a região.

Para finalizar, achamos que se faz necessário o aprofundamento dessa pesquisa buscando acompanhar a evolução do município, além de realizar comparações outras realidades de municípios circunvizinhos, integrantes da região, estudar realidades de municípios que possuem projetos de exploração mineral, em especial que possuem receitas consideradas elevadas, populacional equivalente, para se comparar os índices econômicos, sociais e criminais visando identificar lacunas e propor medidas que facilitem as tomadas de

decisões, tanto do poder público como das empresas buscando melhorar a qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84-135, jul./dez., 2002.
- ARENDDT, H. **Poder e violência**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2001.
- AVRITZER, L.; NAVARRO, Z.A. **Inovação Democrática no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- BECKER, B. K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BORDIN, M. **Geografia do crime em Curitiba**: a produção de espaços segregados pela violência. Curitiba, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, 2009.
- BRAGA, R. W. *et. al.* Grupos criminosos armados com domínio do território: reflexões sobre a territorialidade do crime na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: JUSTIÇA GLOBAL (Orgs.). **Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.
- BRASIL, **Mapa da Violência 2015**. Disponível em <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso em 16 de fevereiro de 2016.
- _____. Decreto-Lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 nov. 1980.
- BRITO, C. Resignificando o conceito de território. In: BRITO, C. (Org.). **A PETROBRAS e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador:EDUFBA, 2008.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.49, n.3, p.39-68, jul./set. 1987.
- COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2012.
- EMMI, M. F. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2.ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- FELIX, S. A. Geografia do Crime. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 13, p. 145-166, 1996.
- FERNANDES, D. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. II, n. 4, p. 59-68, jul/dez 2009.
- FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N.A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP - espaço e tempo**, São Paulo, n. 18, p. 155-168, 2005.
- FNP, Frente Nacional de Prefeitos. **Multi-Cidades**: Finanças dos municípios do Brasil. Brasília: FNP/Caixa Econômica Federal, 2014.

FRANCISCO FILHO, L. L. **Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento.** Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

FRASER, M. T. D.; GODIM, S. M. G. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa.** Paidéia, Santos, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 64-89.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HADDAD, P. R.; PENNA, P. C. **Dilemas do Planejamento Urbano e Regional no Brasil: Ensaio de Homenagem Postuma.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna.** 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Brasília, 2010.

IDESP. **Estatística Municipal.** Belém, 2014b.

_____. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. **Lendo o Pará.** Belém, 2014a.

LACOSTE, I. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** São Paulo: Editora Papirus, 1988.

MACHADO M. S. **Geografia e Epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade.** Rio de Janeiro: GEO UERJ, n. 1, Departamento de Geografia, 1997.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica.** São Paulo: Hucitec, 1991.

MORAIS, R. **O Que é Violência Urbana.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.** 3.ed. Campinas: Papirus, 1990.

PALHETA DA SILVA, J. M. **Poder, governo e território em Carajás.** 2004. Tese (Doutorado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

PARAUPEBAS. Prefeitura Municipal. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental do Município de Parauapebas (PA).** Parauapebas, 2012.

PARAUPEBAS. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor do município de Parauapebas.** Parauapebas, 2006.

RAFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1980.

RATZEL, F. A relação entre o solo e o Estado. Capítulo I - O Estado como organismo ligado ao solo. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 29, p. 51-58, 2011.

_____. O Solo, a Sociedade e o Estado. **RDG - Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 2, p. 93-101, 1983.

RIVERO, P. S. **Segregação urbana e distribuição da violência**: Homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro. 2010. Disponível em: <http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas9Art5.pdf>. Acesso em: 21/01/2015.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, J. V. Microfísica da Violência, uma questão social mundial. **Ciência e Cultura**, ano 54, n. 01, jul./set. de 2002.

SANTOS, M. **O espaço cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SILVA, C. N.; REIS, J. F. G.; SILVA, J. M. P. **Uso do território e implicações socioespaciais da mineração no município de Barcarena (Pará – Brasil)**: população, arrecadação e segurança pública. Anais do Seminário Internacional America Latina, 2015, UFPA-Belém.

SOARES, L. E. Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 75-96, jan./abr. 2003.

SOUZA, A. D. Crise de Estado e Descentralização Educacional no Brasil: Resistências, inovações e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, 1993, pp.1-31.

SOUZA, C.B.G.; PEREIRA, T.C.B. A urbanização no entorno dos Grandes Projetos da Amazônia: as áreas de risco em Parauapebas (PA). In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade–ANPPAS, 4. Brasília, **Anais**, jun., 2008.

SOUZA, M. L. **Fobópole**: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

THÉRY, N. A. M.; THÉRY, H. Carajás-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia Oriental. **Revista Praia Vermelha**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 73-88, jul./dez., 2009.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração

numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VERDE, R. B. R. V.; FERNANDES, F. R. C. Panorama sócio-espacial de Parauapebas (PA) após a implantação da Mina de Ferro Carajás. In: Jornada de Iniciação Científica – CETEM, 17. Rio de Janeiro, **Anais**, 2009.

VERONA, J. A. **Geografia do crime e contribuição ao planejamento sócio - espacial do município de Jundiaí-SP**. Rio Claro, 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de São Paulo, 2006.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência II. Violência-Juventude**. Brasília: UNESCO III, 2000.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: ONU, DF, 2015. Disponível em: Disponível em www.mapadaviolencia.org.br acesso: 30 de abril de 2016.

APÊNDICE

Apêndice A - PESQUISA REALIZADA JUNTO AOS MORADORES E AUTORIDADES POLICIAIS DE PARAUAPEBAS

Para moradores:

- Qual sua opinião sobre o serviço prestado pela polícia em sua cidade melhorou, piorou, ou está igual?
- Qual ou quais os principais problemas de violências na sua cidade?
- O medo da violência pode levar as pessoas a mudarem algumas coisas no seu dia a dia?
- Quais são os crimes que considera mais graves na sua cidade?
- Qual deveria ser a ação da polícia na sua cidade?
- Você já sofreu algum tipo de violência na cidade? qual?
- Você conhece alguma parceria ou projetos das empresas de mineração com as autoridades locais para diminuição da violência?

Para as autoridades:

- Quais os principais problemas relacionados a violência na sua cidade?
- Na sua opinião, qual a maior dificuldade para diminuição da violência na cidade?
- Quais os lugares da cidade considera mais violento?
- Quais as principais ações realizadas para diminuição da violência na cidade?
- Existem parcerias das empresas de mineração com as autoridades locais para diminuição da violência?
- A ação policial numa cidade mineradora tem particularidade? Quais?
- A violência cresceu ou diminuiu nos últimos anos, e qual a tendência na sua opinião?